

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**  
**GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E GERADORES**  
**PARTICIPAÇÃO AMPLA**

**PROCESSO ELETRÔNICO nº: 202600047001341**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**OBJETO:** Contratação de serviços de intermediação e gerenciamento informatizado de fornecimento de combustível (álcool, gasolina, diesel) e ARLA32, em rede de postos credenciados, mediante cartão magnético.

**DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO:** 23/06/2026 às 09:00 h - Horário de Brasília

**LOCAL:** Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG: 925400

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP – 74.674-015, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, instituídos pela **Portaria nº 729/2025**, tornam público o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**, processo eletrônico nº **202600047001341**, sob critério de julgamento **MAIOR DESCONTO**, licitação que será regida pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas e a IN 73/2022, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio de Sistema Eletrônico, acessado por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**I - Início de acolhimento de propostas:**  
**08/06/2026 às 08h00min – Horário de Brasília;**

**II – Limite de acolhimento de propostas:**  
**23/06/2026 às 08h59min – Horário de Brasília;**

**III – Data e hora do Pregão:**  
**23/06/2026 às 09h00min – Horário de Brasília.**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação em contrário.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação e gerenciamento informatizado de fornecimento de combustível (álcool, gasolina, diesel) e ARLA32, em rede de postos credenciados, mediante cartão magnético, para atender as necessidades de abastecimento dos veículos, conforme quantitativos estimados e descritos na tabela abaixo:

COMBUSTÍVEL	QTD MENSAL ESTIMADA (LITROS)
Etanol	2.500
Gasolina comum	2.900
Gasolina aditivada	4.800
Diesel comum	1.000
Diesel S10	4.650
ARLA 32	150

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades deste objeto descritas no Edital e as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Estudo Técnico Preliminar.

**Anexo II:** Mapa de Riscos.

**Anexo III:** Termo de Referência.

**Anexo IV:** Orçamento Estimativo.

**Anexo V:** Minuta de Contrato.

**Anexo VI:** Modelo de Proposta de Preços.

**Anexo VII:** Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

**Anexo VIII:** Modelo de Declaração de não empregar menor.

**Anexo IX:** Modelo de Declaração de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno porte-EPP e de não celebração de contratos com a administração que extrapolem o limite de enquadramento.

**Anexo X:** Modelo de Declaração que não possui parentesco.

**Anexo XI:** Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

**Anexo XII:** Declaração de Proposta Integral, englobados os direitos trabalhistas.

**Anexo XIII:** Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e aprendiz.

**Anexo XIV:** Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

## 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e divulgará as respostas, que vincularão os participantes e a Administração, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e na plataforma em que será realizada a licitação.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: [licitacoes@tce.go.gov.br](mailto:licitacoes@tce.go.gov.br).

2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação, será oportunamente definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** as empresas que:

3.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Não poderão participar deste pregão:

3.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.2.2. Entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do Anexo X deste Edital.

3.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.5. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.

3.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.7.1. O impedimento de que trata o item 3.2.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta.

3.3.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

3.4. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas por este Tribunal, sujeitando o licitante às penalidades da Lei 14.133/2021.

3.5. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao TCE-GO poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.

3.6. A aplicação do governo federal, denominada “Compras.gov” (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), será a provedora do Sistema Eletrônico em que será processado este Pregão.

3.7. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.9. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10. As empresas interessadas deveram atender aos critérios estabelecidos no Termo de Referência, em especial os previstos em seus Itens 4 e 5.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

4.1. A disputa deste certame é aberta a quaisquer empresas que preencham as condições previstas no presente edital e termo de referência anexo.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.3. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei Estadual nº 17.928/2012 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP. Essa declaração é necessária para o processamento do tratamento diferenciado no procedimento licitatório.

4.3.1. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.3.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.3.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.3.3.2. O intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

4.3.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.3.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.3.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese e em ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.3.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos será realizado

entre elas sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.3.4.3.1. Na hipótese da não-contratação o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame e somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.5. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances ou a contar da convocação do agente de contratação, sob pena de preclusão.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. cujo sócio ou titular de fato seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º da referida lei;

4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do objeto deste certame, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.4.12. que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior.



4.5. O licitante que prestar declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ficará sujeito às sanções previstas neste edital.

4.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos dos participantes.

## **5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não é permitida a subcontratação do objeto, conforme parágrafo segundo do art. 122 da Lei 14.133/21.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;

6.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.2.6. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas pelo licitante, no sistema, assumidos como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, em licitações, ainda que seja por terceiros.

6.3. A falsidade da declaração de que trata este artigo sujeitará o licitante às sanções mencionadas neste edital.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu percentual final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. a aplicação do intervalo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o desconto final máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O percentual final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. percentual inferior a proposta já registrada pelo fornecedor no sistema; e

6.10. O percentual final mínimo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.2. custo unitário e total da soma dos itens e o total do lote/grupo;

7.1.3. Marca;

7.1.4. Fabricante;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



7.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5. Os percentuais ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo maior desconto que incidirá sobre o valor global do lote (lote único).

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença entre os percentuais de lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 % (um centésimo por cento)**.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de percentuais.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13.1. Caso ainda assim ocorra um empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

8.18. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.18.4.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.18.4.1.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.18.4.1.2. empresas brasileiras;

8.18.4.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.18.4.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.18.4.2. As regras previstas no item 8.18 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.18.4.3. Persistindo o empate entre duas ou mais propostas o sistema realizará o sorteio automático e ordenará os licitantes.

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer inferior ao percentual de desconto definido pela Administração.

8.19.1.1. Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

8.19.2. Não será admitida a previsão de percentuais diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.19.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.19.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e condições de participação previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. O CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais <https://www.go.gov.br/spr/economia/emitir-declaracao-do-cadin-estadual>.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. conter vícios insanáveis;

9.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. apresentar percentuais inexecutáveis ou permanecerem acima do montante definido para a contratação;

9.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.7. Serão consideradas com indício de inexecutabilidade as propostas com percentuais inferiores a 50% (cinquenta por cento) do montante orçado pelo TCE-GO.

9.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (§ 2º, art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.9. A inexecutabilidade, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

9.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o percentual da proposta; e

9.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.10.1. Também poderão ser efetuadas diligências ou solicitados documentos complementares, a exemplo de fotos, manuais, catálogos e testes, caso haja dúvidas sobre a conformidade da proposta com as especificações técnicas pormenorizadas ou com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos (art. 59, incisos II e V da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos percentuais adequados ao percentual final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11.1. Por ocasião da análise da proposta apresentada pelo licitante, ainda que o julgamento seja pelo maior desconto, os percentuais unitários também serão submetidos à apreciação, podendo ser determinada diligência caso haja distorções significativas de proporcionalidade em relação aos percentuais constantes da planilha de custos da licitação.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Eventuais documentos exigidos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O licitante provisoriamente vencedor, convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação dos anexos pelo agente de contratações no sistema, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados exclusivamente pelo próprio sistema eletrônico compras.gov, sendo:

10.2.1. Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR).

10.2.2. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

10.2.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física e do representante com poder de administração da pessoa jurídica. Registro comercial, no caso de empresa individual. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>, em se tratando de



microempreendedor individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Ato de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de filial, sucursal ou agência de sociedade comercial. Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, em se tratando de Cooperativa. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

#### 10.2.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.2.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.4.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

10.2.4.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

10.2.4.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Goiás para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e

10.2.4.6. Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

10.2.4.7. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### 10.2.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA<sup>1</sup>:

10.2.5.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

---

<sup>1</sup> 1 Os índices financeiros estabelecidos no item visam assegurar que a empresa licitante possui solidez financeira e, portanto, trata-se de um requisito objetivo e essencial para mitigar os riscos relacionados à capacidade de cumprir as obrigações contratuais ao longo da execução do contrato. Ademais, os requisitos de habilitação econômico-financeira estão alinhados com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), seguem parâmetros já adotados em contratações públicas, e não restringem indevidamente a participação de empresas, pois se trata de requisito proporcional e razoável para assegurar a aptidão econômica do licitante para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação.

10.2.5.2. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.2.5.3. os documentos exigidos 10.2.5.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.2.5.3.1. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.2.5.4. os documentos mencionados no item 10.2.5.1 deverão estar na forma da lei.

10.2.5.5. Para fins de apresentação dos documentos mencionados no item 10.2.5.1 deverá ser considerado a data da sessão pública.

10.2.5.6. Para fins de exercício social, serão consideradas as datas de entrega desses documentos determinado pela Receita Federal para as empresas que utilizam Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as que realizam o registro na Junta Comercial, o prazo definido pelo art. 1078, inc. I da Lei 10.406/2002 e demais casos, conforme a legislação pertinente.

10.2.5.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}; \\ & \text{Ativo Total} \\ \text{SG} = & \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}; \\ & \text{Ativo Circulante} \\ \text{LC} = & \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e} \end{aligned}$$

10.2.5.8. As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

10.2.5.9. As empresas deverão apresentar os índices já calculados dos 2 (dois) últimos exercícios, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

10.2.5.10. Para fins de aferição dos índices mencionados no item 10.2.5.1 será considerado o resultado do último exercício social apresentado, considerando ser o saldo dos dois últimos exercícios.

10.2.5.11. Verificado erro de cálculo dos índices financeiros caberá ao Agente de Contratação promover diligência para correção.

10.2.5.12. Deverá ser apresentado balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos exercícios sociais para fins de comprovação de boa situação financeira da empresa.

#### 10.2.6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.2.6.1. Nos moldes do art. 67, da Lei nº 14.133/2021, e para fins de comprovação da capacidade técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis de Veículos, utilizando sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento, através de Rede Credenciada de Postos de Combustível.

10.2.6.2. O atestado deverá conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, o nome e assinatura do responsável, a identificação do contrato extinto ou vigente de prestação de serviços e a discriminação dos serviços executados em volume ou quantidade;

10.2.6.3. Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual (is) empresa(s) filial(is).

10.2.6.4. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.2.6.5. Consideram-se similares, mesmo que intitulados de formas diferentes, os serviços cuja “discriminação do serviço prestado”, permitam confirmar a presença das características de: utilização de sistema informatizado e integrado, de cartão de pagamento (magnético ou micro processado) e de rede credenciada de postos.

10.2.6.6. A aptidão técnico-operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação poderá ser demonstrada pela execução de outros contratos com mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo relativo aos postos credenciados, constantes do item 4 do Termo de Referência.

10.2.6.7. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

#### 10.3. Os licitantes deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a seguinte documentação complementar:

10.3.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo VII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

10.3.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VIII** deste edital;

10.3.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do **Anexo IX** deste edital.

10.3.4. Declaração, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo constante do **Anexo X** deste Edital;

10.3.5. Declaração, sob as penas da lei, de sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do **Anexo XI** deste Edital, que poderá ser apresentada assinada na etapa contratual para o adjudicatário;

10.3.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante do **Anexo XII** deste Edital;

10.3.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, **Anexo XIII** deste Edital;

10.3.8. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, conforme modelo constante do **Anexo XIV** deste Edital;

10.4. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

10.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.7. Na hipótese do item 10.2.4. as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.8 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

10.9. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

10.10. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.10.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.12. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.14. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.16. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.17. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.17.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.18.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.19. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.20. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

10.21. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.22.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.23. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.26. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, com as motivações, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://paineis.tce.go.gov.br/sense/app/fb4096af-1529-4060-9b8f-e612065c2b21/sheet/b284477e-f44-4a3c-867f-6a37675b9ac6>

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Conselheiro Presidente do TCE-GO e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

12.3. Quando houver recurso e o(a) Agente de Contratação mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do(a) Agente de Contratação.

12.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

### **13. DA FISCALIZAÇÃO, DO PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

13.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso II do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo Suellen Carina Lopes de Queiroz (Diretora de Administração) como gestora e Márcio Vieira da Silva (Chefe do Serviço de Logística) como fiscal.

13.2. Compete ao Fiscal do contrato:

13.2.1. Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos serviços prestados ao TCE.

13.2.2. Verificar se a entrega da prestação dos serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o Termo de Referência.

13.2.3. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.2.4. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado.

13.2.6. Indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

13.2.7. Compete ainda ao fiscal:

I - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

III - comunicar, por meio de notificações e relatórios de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução contratual;

IV - proceder, conforme os prazos descritos no Termo de Referência, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição/relatório emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

V - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização dos serviços, quando necessário;

VI - avaliar os serviços executados pela contratada;

VII - exigir a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, de seus funcionários e da rede credenciada;

IX - realizar, na forma do art. 140 da Lei federal nº 14.133/2021 o recebimento do objeto contratado, conforme for o caso; e

X - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções à contratada, atendidas as formalidades legais;

XI - verificar a compatibilidade da qualidade do serviço face ao respectivo objeto contratual.

13.3. A fiscalização do TCE-GO poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

13.4. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução do contrato.

13.5. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem quaisquer ônus para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

13.6. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à contratada.

13.7. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, as quais devem ser anexadas ao processo de contratação.

13.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.9. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa fornecedora para reunião inicial para apresentação do plano de gestão do contrato e do modelo de execução, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.10. De acordo com a necessidade, pode haver designação de reuniões entre as partes, em local, data e horário a serem acordados. Toda reunião deve gerar uma ata, com as informações dos participantes, dos assuntos deliberados e das decisões tomadas, devidamente assinada pelas partes presentes.

13.11. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por fiscal designado, podendo, em razão disso fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do Contrato.

13.12. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços (mês fechado), mediante apresentação da nota

fiscal/fatura e todos os documentos previstos na legislação e outros definidos no contrato, devendo estar devidamente atestada pela Unidade gestora.

13.12.1. Na eventual divergência entre o preço informado no relatório da CONTRATADA e do cupom fiscal emitido pelo posto comprovando o abastecimento, prevalecerá, para efeito de pagamento, o de menor valor.

13.12.2. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

13.12.3. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

13.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na nota fiscal.

13.14. Os serviços objeto deste Edital serão apurados e medidos mensalmente, com base no consumo efetivo de combustíveis pela frota. Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório detalhado contendo as quantidades efetivamente utilizadas no período, devidamente discriminadas por veículo e operação, bem como emitir a correspondente nota fiscal.

13.15. A avaliação da execução contratual será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme estabelecido no Anexo 02 do Termo de Referência, o qual definirá os critérios, indicadores e parâmetros para aferição do desempenho e da qualidade dos serviços prestados.

13.15.1. Os pagamentos estarão sujeitos a ajustes/descontos em decorrência do eventual desatendimento das metas previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

13.16. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

13.16.1. não produziu os resultados acordados;

13.16.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

13.16.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.17. Todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada (Postos de Combustíveis), conforme item 4 do Termo de Referência, deverão ser reembolsados pela CONTRATADA, inexistindo obrigação financeira entre qualquer integrante da rede credenciada e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

13.18. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida à CONTRATADA pelo Gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para

pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.

13.19. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”.

13.20. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao TCE-GO.

13.21. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

13.22. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

13.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

13.23.1. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

13.24. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.25. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Federal 14.133/2021.

#### 14. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$: 1.398.186,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e seis reais)**, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO sobre o valor Global do Lote Único (maior desconto [menor taxa de administração] sobre o valor global do lote único).

14.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0201.01.032.4200.4215.03.15000100.90.0000, e serão enquadradas nas Naturezas de Despesa 3.3.90.30.06 – Combustível Automotivo – Gasolina Comum; 3.3.90.30.04 – Combustível Automotivo – Etanol; 3.3.90.30.05 – Combustível Automotivo – Diesel; 3.3.90.30.10 – Lubrificantes Automotivos Arla 32.

14.3. O orçamento estimativo foi realizado na fase instrutória da presente contratação e efetivado como data-base no dia 17/04/2026.

## 15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

15.2. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do(a) contrato, por meio do SINI, no sítio do Tribunal de Contas do Estado (<https://portal.tce.go.gov.br>).

15.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

15.4. Por ocasião da assinatura do **instrumento contratual**, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

15.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pelo TCE-GO.

15.6. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

15.7. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

15.8. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo contratual ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas pelo art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

15.8.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

15.8.2. Na hipótese de o adjudicatário da licitação não comprovar as condições de assinatura do contrato consignadas no edital de licitação, recusar-se a assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação.

15.9. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ocasião em que será verificada a conformidade da proposta, o atendimento dos requisitos de habilitação e os eventuais documentos complementares.

15.9.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;



b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.9.2. Em caso de rescisão contratual ou de anulação da nota de empenho, ocorrida(s) em virtude de inexecução parcial ou total, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 15.9 e 15.9.1 deste instrumento.

## **16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

16.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

17.1. Os percentuais serão fixos e irreajustáveis. Não haverá previsão de reajuste contratual para o objeto em questão face à mecânica de flutuação refletida na unidade de medida dos serviços – Taxa de administração (%) – que absorve sem restrições as variações decorrentes do mercado de combustíveis.

## **18. DOS PRAZOS E RECEBIMENTO DO OBJETO**

18.1. O objeto será recebido pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, da seguinte forma:

18.1.1. PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, em até 3 (três) dias corridos após cada medição mensal dos serviços efetivamente executados no período, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

18.1.2. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, devendo-se observar o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.2.1. O fornecimento dos equipamentos externos necessários à execução do serviço correrá por conta da CONTRATADA, sendo responsabilidade da CONTRATANTE os equipamentos de uso interno do Tribunal.

18.3. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo gestor/fiscal, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor discriminará em termo circunstanciado as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no contrato.

18.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, substituindo e submetendo o objeto à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

18.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do ajuste, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.6. Em caso de conformidade, o servidor autorizará o pagamento, emitindo o atestado de cumprimento do objeto

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Os licitantes e contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;

- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) o caráter educativo da pena;
- f) o princípio da proporcionalidade;
- g) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital.

19.5.1. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.2. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “b”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.3. Será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

19.5.4. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

19.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

19.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

19.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos ao contratado ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

19.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

19.14. As sanções previstas deste tópico são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001, assim como a Resolução Administrativa nº 12/2025, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito desta Corte de Contas.

19.16. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## **20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do Contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação aplicável.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

21.1. São obrigações do TCE-GO:

21.1.1. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado.

21.1.2. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

21.1.3. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

21.1.4. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam credenciados pela mesma e exclusivamente para a entrega do objeto.

21.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no Termo de Referência.

21.1.6. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar as sanções ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

21.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal 14.133/2021, são obrigações da Contratante:

21.2.1. Alocar recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato, efetuando os pagamentos em dia, e na forma convencionada.

21.2.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.

21.3. Fornecer à contratada a relação atualizada dos veículos pertencentes ao CONTRATANTE, bem como todas as demais informações necessárias, visando propiciar a perfeita execução dos serviços.

21.4. Verificar a manutenção, pelo fornecedor, das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

21.5. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

21.6. Rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com os termos desta contratação.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no item 5.5 do Termo de Referência e na cláusula Quarta da Minuta Contratual, que fazem parte integrante do presente Edital.

22.2. São obrigações da Contratada:

22.2.1. Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, nos prazos e nos locais previstos no Termo de Referência e seus anexos, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto, atendendo todas as normas técnicas brasileiras pertinentes.

22.2.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

22.2.3. Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ficando o TCE-GO autorizado a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

22.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.2.5. Reparar, corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os serviços executados nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço executado.

22.2.6. Credenciar, junto ao TCE-GO, preposto que atenderá às requisições dos serviços e receberá as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual

22.2.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

22.2.8. Cientificar imediatamente o fiscal ou gestor contratuais sobre qualquer ocorrência anormal que afete a execução do serviço.

22.2.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal n.14.133/2021.

22.2.10. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser prestado.

22.2.11. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

22.2.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



22.2.12.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis

22.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

22.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização.

23.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

23.3. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Competente, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

23.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

23.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de Contratação.

23.6. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo TCE-GO.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

23.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

23.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do Contratante, a finalidade e a segurança da contratação.

23.11. O objeto da presente Licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

23.11.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços.

23.12. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

23.13. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

23.14. O Edital e seus Anexos, além de poderem ser visualizados nos sites [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br) e [www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br), poderão ser obtidos na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP 74.674-015.

23.15. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Complementar nº 131 – Lei da Transparência, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados no Portal do TCE-GO.

23.16. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3228-2696 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Serviço de Licitações) ou pelo e-mail: [licitacoes@tce.go.gov.br](mailto:licitacoes@tce.go.gov.br)

23.17. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 02 de junho de 2026.

FERNANDO NAVES DO CARMO MARINHO  
**ELABORAÇÃO DO EDITAL**

NILSON ELIAS DE CARVALHO JUNIOR  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

LUIS CARLOS DE GOUVEIA COELHO  
**EQUIPE DE APOIO**

MILENA GEBRIM BRAGA NUNES  
**EQUIPE DE APOIO**

PAULO HENRIQUE BORGES DA SILVA  
**EQUIPE DE APOIO**

POLYANE VIEIRA MEIRELES  
**EQUIPE DE APOIO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA (art. 18, §1º, inciso I, da Lei n. 14.133/2021):**

**1.1.** Por meio deste Estudo, o Serviço de Logística do TCE-GO pretende analisar as soluções disponíveis e definir a que melhor atenda a necessidade de **abastecimento dos veículos da frota e grupo geradores** desta Corte de Contas.

**1.2.** Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) reunirá o conjunto de informações indicativas e as condições preliminares exigíveis para a aquisição de combustíveis e ARLA 32, para suprir as demandas de abastecimento dos veículos e grupo geradores de uso deste Tribunal.

**1.3.** O objeto da contratação foi definido após a realização de estudos técnicos visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração, cujos resultados serão compilados a seguir. Suas especificações serão pormenorizadas no termo de referência.

**JUSTIFICATIVA**

Dentre as diversas competências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás destaca-se a realização de inspeções e auditorias de natureza operacional em todo o território estadual. O desempenho dessa atribuição exige o deslocamento das equipes técnicas até os locais onde as atividades são desenvolvidas, o que implica a realização frequente de viagens para municípios do interior do Estado.

Essa dinâmica demanda uma logística operacional eficiente, especialmente no que se refere ao abastecimento dos veículos utilizados por esta Corte de Contas. Além de atender às necessidades relacionadas à atividade-fim do Tribunal, o abastecimento também se mostra indispensável para os veículos que dão suporte às atividades administrativas, tais como entrega de documentos e notificações, participação em reuniões externas, bem como transporte, busca e entrega de materiais e equipamentos, além do transporte de Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de abastecimento do grupo gerador responsável por garantir o fornecimento de energia elétrica ao edifício-sede desta Corte nos casos de interrupção do serviço pela concessionária de energia.

Atualmente, a frota desta Corte é composta por 25 (vinte e cinco) veículos, entre unidades próprias e locadas, destacando-se que parte desses veículos é movida a diesel e parte a gasolina/álcool (flex), além de 04 (quatro) grupos motores geradores movidos à Diesel.

O Tribunal mantém, no momento, contrato vigente para fornecimento de combustível por meio de rede de postos credenciados, registrado sob o nº 46/2025, firmado com a empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios Ltda., com vigência até 1º de agosto de 2026. Embora o referido contrato esteja sendo executado de forma regular e satisfatória, verificou-se a necessidade de promover adequações em seu escopo, com o objetivo de aprimorar o atendimento às demandas institucionais e otimizar a prestação do serviço.

Cumprе destacar que o modelo atualmente adotado pelo Tribunal tem se mostrado eficaz, uma vez que se encontra alinhado às práticas de mercado e atende adequadamente às necessidades da Administração Pública, contribuindo, inclusive, para a redução de procedimentos burocráticos e para maior eficiência na gestão do abastecimento.

Nesse contexto, faz-se necessária a realização de novo procedimento licitatório, a fim de contemplar alterações necessárias no escopo do contrato, identificadas após o início da execução e, assim, assegurar maior eficiência na prestação dos serviços.

Importa ressaltar, ainda, que se encontra em andamento processo licitatório destinado à substituição de 4 (quatro) veículos movidos a combustão por veículos 100% elétricos, bem como à aquisição de uma caminhonete adicional movida a diesel. Tal circunstância merece destaque, uma vez que essas alterações poderão impactar diretamente os níveis de consumo de combustível da frota institucional, especialmente relacionado ao consumo de diesel que tende a aumentar.

No modelo atualmente adotado, o abastecimento dos veículos e do grupo gerador é realizado por intermédio de empresa especializada na administração e gerenciamento de abastecimento em rede credenciada de postos de combustíveis, mediante a emissão e disponibilização de cartões eletrônicos de abastecimento veicular, com recargas periódicas destinadas à utilização junto aos estabelecimentos credenciados.

A prestação desse serviço contempla, ainda, a disponibilização de sistemas informatizados, acessíveis via web, capazes de registrar e identificar informações como o veículo abastecido, o motorista condutor, o tipo de combustível utilizado e a quilometragem do veículo, possibilitando maior controle, rastreabilidade e confiabilidade das operações de abastecimento.

Dessa forma, a contratação pretendida visa manter e aprimorar um modelo de gestão que assegura elevados níveis de transparência, eficiência e economicidade, quando comparado ao modelo tradicional de abastecimento. Ressalte-se que essa sistemática já é amplamente adotada por diversos órgãos e entidades da Administração Pública em diferentes unidades da federação, apresentando resultados positivos e efetiva racionalização de gastos públicos.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021):**

**2.1.** A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - 2026, conforme tabela abaixo:

Item	Unidade Demandante	Descrição	Valor Estimado (R\$)	Planejamento para (data)
105	SERVIÇO DE LOGISTICA	Gasolina	728.248,00	02/08/2026
106		Álcool	117.459,00	02/08/2026
107		Diesel	328.886,00	02/08/2026
Valor total: 1.174,593,00 (um milhão, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais)				

## **3. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V, da Lei n. 14.133/2021):**

**3.1.** O presente Estudo avaliou contratações de outros Órgãos da Administração Pública, variadas soluções disponíveis no mercado e concluiu o que se segue, para tanto, apresentaremos os cenários viáveis para o atendimento das necessidades deste Tribunal.

**Cenário 1 – Credenciamento de postos de combustível** – Neste cenário, é publicado um edital de chamamento público e todos os postos que atenderem às condições impostas pelo instrumento convocatório podem se credenciar.

Assim, necessário se faz avaliação dos seguintes quesitos:

- Neste formato o Tribunal estabelece as condições de fornecimento, os requisitos de habilitação para que os postos interessados possam fornecer de forma direta e os veículos podem, a depender da escolha, serem abastecidos em qualquer dos credenciados;
- Este formato amplia a competitividade entre os credenciados, evita dependência de um único fornecedor, aumenta a capilaridade da rede de abastecimento;
- Se torna especialmente vantajoso para a administração municipal, visto que por se tratar de uma frota extensa e que precisa ser abastecida em qualquer parte da cidade, uma rede

credenciada se mostra adequada, além do fato de que não haveria a necessidade de abastecimento fora do perímetro urbano daquela cidade;

- Dificuldade de fiscalização quanto ao veículo a ser abastecido, visto que não há uma vinculação de sistema para a verificação da placa e quilometragem;
- De acordo com o critério estabelecido no edital de convocação, deve-se observar frequentemente os valores dos combustíveis para que não haja compra com sobrepreço, o que demanda uma fiscalização constante.
- Dificuldade no cadastramento de postos fora da Região Metropolitana de Goiânia;
- Grande volume de Notas Fiscais e necessidade de que os credenciados mantenham os critérios de habilitação para a o pagamento destas.

**Cenário 2 - Contratação direta de postos via licitação** – Neste modelo, a Administração licita via pregão, a contratação de postos para o fornecimento de combustível, definindo o preço a ser pago ou desconto sobre tabela específica.

- Nesse cenário, há maior competitividade em relação aos preços ou descontos ofertados, uma vez que os postos vencedores do certame são contratados diretamente e mantêm vínculo contratual com a Administração;
- Outra situação é a maior facilidade de controle administrativo, tendo em vista que há poucos postos contratados, o que proporciona maior simplicidade na gestão dos contratos;
- Pode ocorrer dependência de um número reduzido de postos e limitação de abastecimento fora da cidade, com aumento do risco em caso de eventual encerramento das atividades do estabelecimento comercial;
- É indicado para municípios de menor porte e para situações em que a frota seja reduzida.

**Cenário 3 - Contratação de empresa de gerenciamento de abastecimento** – Neste cenário, a Administração contrata uma empresa intermediária que administra o abastecimento da frota por meio de cartões magnéticos ou tags. A empresa possui uma rede credenciada de postos e é remunerada por uma taxa de administração.

- Nesse cenário, a empresa é contratada por meio de licitação, sendo a competição estabelecida em relação ao percentual da taxa de administração a ser pago pela Administração;



- Nessa formatação, a empresa intermediária (terceirizada) mantém postos credenciados para o fornecimento de combustíveis destinados à frota do órgão; cada veículo é cadastrado e recebe um cartão magnético vinculado à respectiva placa;
- A empresa contratada mantém, durante toda a vigência contratual, a quantidade mínima de postos credenciados estabelecida no edital de licitação, de modo a assegurar a adequada cobertura e a ampla disponibilidade da rede de abastecimento;
- Pode-se, inclusive, exigir a existência de postos credenciados em outros Estados da Federação e em diversos Municípios do interior do Estado, o que proporciona maior capilaridade da rede de abastecimento e facilita o atendimento às demandas decorrentes de deslocamentos em longas distâncias.
- Pelo uso de software de gerenciamento vinculado a todos os veículos, pode-se emitir relatórios de consumo, autonomia de cada veículo, locais de abastecimento, data e hora de cada fornecimento, além de outros detalhes da frota, que facilitam a tomada de decisão e gestão.
- Pelo fato de a empresa contratada fazer a intermediação entre o cliente (administração pública) e o fornecedor (posto credenciado), o pagamento pelos abastecimentos se torna facilitado, vez que a contratada paga o posto e recebe o reembolso através de uma fatura com todo o consumo do mês agrupado.
- Facilidade para o cadastramento de novos postos, visto que a empresa será a responsável por esta tratativa, e mesmo que um estabelecimento deixe de funcionar, haverá outros para suprir a demanda.

**3.2.** Foram identificadas as seguintes contratações formalizadas por outros Órgãos Públicos, com demandas similares às do objeto a ser contratado:

Órgão Público	Número do contrato/ata	Data da Celebração
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS	CT - 04/2023	03/02/2024
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS	ARP - 02/2025	20/02/2025
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS – TCM	CT - 032/2022	23/08/2022
MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO	CT – 100.003/2026	05/01/2026

**3.3.** Assim, após análise comparativa dos cenários disponíveis no mercado, análise de contratações de outros órgãos da administração pública. A equipe técnica concluiu que a solução

mais vantajosa, segura e alinhada à necessidade e missão constitucional do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) é a exposta no **Cenário 3**, qual seja, a contratação de empresa especializada para a **intermediação do abastecimento da frota por cartão magnético**, visto que é a atual forma de abastecimento e atende satisfatoriamente às demandas desta Corte de Contas.

**4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE E DO VALOR TOTAL (art. 18, §1º, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021):**

**4.1.** O quantitativo a ser contratado permanecerá o mesmo ora contratado, visto que tem sido suficiente para atender às demandas deste Tribunal, e, em função do cenário atual se mostrar instável em relação ao preço dos combustíveis, a medida de manter o quantitativo se mostra acertada, pois se trata de contrato estimado que não obriga o consumo total.

**4.2.** Serão considerados os quantitativos abaixo descritos para a presente contratação:

MÉDIA DE PREÇOS GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEIS				
PRODUTO	QTD MENSAL ESTIMADA (LITROS)	PREÇO MÉDIO ESTIMADO (ANP)*	VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)	VALOR ESTIMADO ANUAL (R\$)
Etanol	2.500	5,29	13.225,00	158.700,00
Gasolina comum	2.900	7,09	20.561,00	246.732,00
Gasolina aditivada	4.800	7,09	34.032,00	408.384,00
Diesel comum	1.000	8,49	8.490,00	101.880,00
Diesel S10	4.650	8,49	39.478,50	473.742,00
ARLA 32	150	4,86	729,00	8.748,00
VALOR TOTAL SEM PERCENTUAL DE DESCONTO			116.515,50	1.398.186,00

\* Foi considerado o preço máximo de revenda de cada tipo de combustível, conforme tabela da Agência Nacional de Petróleo<sup>2</sup> para o período de (08/03/2026 a 14/03/2026).

**4.3.** Cumpre justificar a adoção do **valor máximo de revenda dos combustíveis** como referência, considerando a significativa volatilidade observada no mercado de combustíveis fósseis. Tal cenário decorre, entre outros fatores, do aumento das tensões geopolíticas no Oriente Médio, bem como

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>

de eventuais restrições logísticas, como o fechamento do Estreito de Ormuz, importante rota por onde é transportada parcela significativa do petróleo mundial.

**4.3.1.** Destaca-se, ainda, que a presente contratação deve considerar, primordialmente, a quantidade estimada de litros de combustível necessária ao atendimento das demandas institucionais. A partir dessa estimativa, projeta-se o valor total potencial de gasto para cada tipo de combustível, ressaltando-se que se trata de **valor meramente estimado**, não havendo obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo previsto.

**4.3.2.** Destacando ainda, que o valor acima descrito é referência apenas para composição do valor total estimado, sendo efetivamente pago o valor da bomba.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021):**

**5.1.** O serviço deverá ser prestado de forma contínua e ininterrupta, de segunda a domingo no período de expediente e fora dele, visando prover abastecimento para os veículos da frota de forma contínua e irrestrita.

**5.2.** Celebração de um contrato de execução sob demanda, com vigência de **12 (doze) meses**, consecutivos e ininterruptos, **podendo ser prorrogado** nos termos da lei geral de licitações, tendo em vista a prestação do serviço de forma contínua;

**5.3.** A contratação deverá atender aos seguintes padrões mínimos de qualidade e desempenho:

**5.3.1.** Gerenciamento informatizado dos veículos, com tecnologia moderna, incluindo a implantação e a gestão de um sistema tecnológico específico com metodologia de cadastramento dos veículos e gestores, que deverá permitir o controle do abastecimento de combustíveis dos veículos e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, contemplando:

**5.3.1.1.** Rede de postos para o fornecimento de combustíveis, com estabelecimentos idôneos credenciados para o fornecimento dos combustíveis de primeira qualidade, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de combustíveis adulterados;

**5.3.1.2.** Informatização dos controles por meio de sistema integrado de gestão de frota, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;

**5.3.1.3.** Rede Credenciada, que forneça todos os combustíveis (Gasolina comum e aditivada, Etanol e Diesel comum e S10) e ARLA 32.

**5.3.2.** A Contratada será responsável pela manutenção, sustentação e atualização do sistema informatizado de agrupamento de informações relativas ao abastecimento dos veículos.

**5.3.3.** A Contratada deverá manter sigilo das informações e garantir o cumprimento dos requisitos de conformidade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

**5.4.** A contratação deverá atender aos seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

**5.4.1.** Para mitigar possíveis impactos ambientais a empresa contratada deverá priorizar o credenciamento de postos que atendam com rigorosa observância à legislação ambiental aplicável as suas atividades, conforme normatiza a IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, atendendo ainda os seguintes critérios: Certificado de Licenciamento Ambiental, composto de Licença Prévia (LP) Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), conforme Art. 18 da Resolução CONAMA 237/97. A rede credenciada deve também atender as regras de sustentabilidade ambiental definidas pelos órgãos fiscalizadores, como ANP, IBAMA, além dos órgãos estaduais de preservação do meio ambiente.

**5.5.** A contratação deverá atender aos seguintes critérios gerais:

- a.** aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- b.** adoção de princípios sustentáveis em suas atividades, visando ao atendimento das exigências contidas na legislação federal e em consonância com os princípios de responsabilidade socioambiental que norteiam a atuação do TCE-GO;
- c.** compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- d.** comprometimento com o uso de equipamentos certificados que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, aos animais, ao meio ambiente, inclusive quanto à eficiência energética;
- e.** aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- f.** compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
- g.** combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- h.** adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixem a Unidade Requisitante dependente da Contratada;

- i. garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021):**

**6.1.** O valor estimado da contratação é de **R\$: 1.398.186,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e seis reais)** conforme planilha orçamentária anexada aos autos da contratação, e que teve por referência o item 4.2. deste Estudo.

**6.2.** A pesquisa detalhada a respeito da taxa de administração se será positiva ou negativa, constará do Mapa de Preços e do Termo de Referência.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021):**

**7.1.** A solução como um todo, por envolver aspectos correlatos à própria especificação do objeto e ao modelo de execução contratual, será melhor pormenorizada na etapa de elaboração do termo de referência.

**7.2.** O objeto contratado é considerado de natureza contínua, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, já que é destinado para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

**7.3.** A fim de evitar a duplicidade de informações, as obrigações relacionadas ao início da execução dos serviços serão detalhadas no Termo de Referência, a forma de implantação do sistema, os requisitos do sistema de gerenciamento informatizado, os requisitos de cadastramento dos cartões, da rede de postos credenciados, do reembolso, do percentual de desconto a ser aplicado, entre outros requisitos necessários à plena execução do objeto.

**8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021):**

**8.1.** No presente caso, após minuciosa análise, verificou-se que a melhor abordagem para a presente aquisição será pelo não parcelamento do objeto, de modo que a adjudicação será global, pelas seguintes razões:

- a. Os estudos realizados demonstraram que a adjudicação global constitui a solução mais adequada, por se mostrar economicamente viável, sem prejuízo decorrente de perda de escala e com potencial de assegurar maior competitividade entre as

licitantes. Ademais, tal modelagem evita a necessidade de gestão de múltiplos contratos, proporcionando maior eficiência administrativa, inclusive com redução dos esforços relacionados à fiscalização contratual, uma vez que os controles serão exercidos sobre apenas uma empresa contratada.

- b. O objeto a ser contratado configura sistema único e integrado, cuja execução exige gestão centralizada e plena interoperabilidade entre os postos credenciados e a Administração Pública. Nesse contexto, a eventual participação de mais de uma empresa na prestação do serviço poderia comprometer a integridade e a eficiência do sistema, gerando riscos à adequada execução do objeto. Assim, mostra-se inviável a prestação simultânea do mesmo serviço por empresas distintas.

**8.2.** Visto que o valor da contratação ultrapassa os R\$: 80.000,00 (oitenta mil reais), não é possível que a licitação seja exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nem mesmo que se estabeleça a cota reservada, visto se tratar de objeto indivisível.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX, da Lei n. 14.133/2021):**

### **9.1.** Com a presente contratação espera-se:

- Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes;
- Flexibilidade no sistema de abastecimento, pois facilita o acesso a uma rede de serviços dispersa pelas cidades do Estado de Goiás e até em outros estados, bem como disponibilidade de abastecimento todos os dias da semana e em horário ampliado de atendimento;
- Redução de procedimentos administrativos, aumentando a transparência, a agilidade e a precisão das informações;
- Modernização dos controles e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- Disponibilidade de um sistema de dados confiável, que facilita o controle e a fiscalização interna e externa;
- Atendimento de todas as demandas de transporte, no suporte à atividade finalística desta Corte de Contas.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X, da Lei n. 14.133/2021):**

**10.1.** Não serão necessárias providências prévias à celebração do contrato decorrente da presente demanda.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei n. 14.133/2021):**



**11.1.** Não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

**12. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, inciso XII, da Lei n. 14.133/2021):**

**12.1.** Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verificam impactos diretamente relacionados à prestação de serviços, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordada nos requisitos da contratação neste estudo.

**13. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021):**

**13.1.** Este Estudo Técnico Preliminar avaliou a viabilidade do objeto considerando seus aspectos técnicos, operacionais e econômicos, e verificando se a contratação agrega valor à instituição, se está alinhada ao planejamento estratégico e se os recursos serão bem utilizados, tudo com foco na resolução da necessidade administrativa. Com respostas assertivas aos questionamentos, os estudos indicam que a **solução é viável** e alinhada aos objetivos estratégicos do TCE-GO.

**14. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

**SERVIÇO DE LOGÍSTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, EM GOIÂNIA,**  
27 DE MAIO DE 2026.

**MÁRCIO VIEIRA DA SILVA**  
Integrante Requisitante e Técnico

**SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ**  
Integrante Administrativo

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO II**

**MAPA DE RISCOS**

**Dados do Processo:**

**Objeto:** **Serviços de intermediação e gerenciamento informatizado de fornecimento de combustível** (álcool, gasolina, diesel) e ARLA32, em rede de postos credenciados.

**Risco 01: Inadequada definição das especificações do objeto**

<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Dimensionamento inadequado pode resultar em capacidade insuficiente para atender às demandas futuras.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Realizar estudos prévios para uma clara definição do objeto incluindo análise detalhada das necessidades presentes e futuras; 2. Realizar estudo de dimensionamento e estimativa de tipos de combustíveis necessários; 3. Realizar revisões técnicas antes de publicar o edital; 4. Se necessário, realizar reuniões com fornecedores para obter melhor entendimento das soluções de mercado de modo a obter um dimensionamento adequado.	<b>Responsável:</b> <b>Equipe de Planejamento</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Se identificada inconsistência ao longo do processo, reavaliar o dimensionamento dos tipos e quantidade de combustível, adequando à realidade fática.	<b>Responsável:</b> <b>Equipe de Planejamento</b>

**Risco 02: Impugnação do processo licitatório**

<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Atraso na homologação do certame, o que acarretaria na impossibilidade de abastecimento dos veículos da frota, portanto, ocasionando prejuízo às atividades externas deste Tribunal.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Buscar entender todas as especificidades do objeto a ser contratado para reduzir o risco de obscuridades; 2. Elaborar um edital claro e conciso, evitando ambiguidades e que não restrinja a	<b>Responsável:</b> <b>Equipe de Planejamento</b>

	competitividade; 3. Disponibilizar canal de comunicação para esclarecimento de dúvidas; 4. Especificações Técnicas em acordo com normas e dentro dos padrões de mercado.	
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Estudo Técnico Preliminar completo, abordando as soluções de mercado possíveis e as melhores práticas de acordo com o mercado. 2. Exigência de padrões de mercado, sem criar regras infundadas e que possam comprometer a execução do serviço. 3. Realizar análise jurídica e mercadológica dos argumentos apresentados; 4. Esclarecer dúvidas e revisar o edital se necessário.	<b>Responsável: Equipe de Planejamento</b>
<b>Risco 03: Atraso na entrega ou Implementação da Solução pela Contratada</b>		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Interrupção do abastecimento dos veículos e consequentemente prejuízo às atividades desta Corte, visto que sem uma empresa de intermediação, o fornecimento de combustível será interrompido afetando as demandas deste Tribunal.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Estabelecer cronograma realista e revisá-lo; 2. Incluir cláusulas contratuais claras sobre prazos e possíveis sanções; 3. Monitorar continuamente o progresso do processo de contratação e o início da execução dos serviços.	<b>Responsável: Equipe de Planejamento</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Verificar a possibilidade de prazos adicionais se necessário; 2. Comunicar todas as partes envolvidas sobre o atraso e seus impactos; 3. Caso ocorra um atraso que ultrapasse o limite estabelecido no contrato, as penalidades previamente definidas serão aplicadas.	<b>Responsável: Gestor do Contrato</b>
<b>Risco 04: Entrega da solução em desacordo com as especificações exigidas no edital e seus anexos</b>		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Risco de não utilização do serviço no momento adequado, podendo inviabilizar o abastecimento dos veículos da frota.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Analisar a viabilidade de cumprimento das obrigações impostas, por parte da empresa a ser contratada; 2. Especificações elaboradas de forma que não restrinja a competitividade e que vários fornecedores possam entregar a solução;	<b>Responsável: Equipe de Planejamento</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Reunião prévia de alinhamento entre a empresa e Administração para estabelecer as regras da execução do serviço; 2. Notificar a contratada para correção dos erros sanáveis; 3. Aplicar sanções previstas, se necessário;	<b>Responsável: Fiscal e Gestor do Contrato</b>

**Risco 05: Falha de Equipamentos**

<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Impossibilidade de abastecimento no posto credenciado por falha no sistema eletrônico de abastecimento.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Exigência de equipamentos novos; 2. Manutenção contínua no data center da contratada; 3. SLA de atendimento 4. Previsão de métodos alternativos de registro de abastecimento.	<b>Responsável:</b> <b>Equipe de Planejamento</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Acionamento do suporte técnico; 2. Utilização de equipamento reserva; 3. Uso de registro manual, tais como bloco de registro.	<b>Responsável:</b> <b>Fiscal e Gestor do Contrato</b>

**Risco 06: Indisponibilidade de Tipos de Combustíveis**

<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Impossibilidade de abastecimento no posto credenciado por falta de combustível adequado ao veículo.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Variados tipos de combustíveis listados; 2. Rede Credenciada ampliada; 3. Veículos que podem receber mais de um tipo de combustível.	<b>Responsável:</b> <b>Equipe de Planejamento</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Verificar antes de solicitar o abastecimento; 2. Solicitar à Rede Credenciada que mantenha uma reserva técnica; 3. Não deixar os veículos ficarem totalmente desabastecidos para abastecer.	<b>Responsável:</b> <b>Gestor e Fiscal</b>

Risco 07: Incompatibilidade de Softwares		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Indisponibilidade do sistema eletrônico de gerenciamento da frota, onde são incluídos e excluídos veículos, autorizado aumento e diminuição dos limites de cada cartão.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Exposição do sistema operacional utilizado por este Tribunal no TR e Edital, para conhecimento prévio; 2. Testes de compatibilidade obrigatórios antes do início da execução dos serviços; 3. Especificação de drivers universais.	<b>Responsável:</b> <b>Equipe de Planejamento</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Verificação se o software é compatível no momento da homologação do certame, 2. Solicitação de documentação técnica.	<b>Responsável:</b> <b>Diretoria de TI</b>

  

Risco 08: Variação Excessiva de Demanda		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Desequilíbrio financeiro do contrato, custos superiores ao estimado, necessidade de aditivos contratuais e comprometimento do planejamento orçamentário.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Estudo histórico de demanda; 2. Acréscimo de reserva técnica; 3. Estimativa do valor total do contrato com base no valor máximo por litro para acompanhar as possíveis variações de preço.	<b>Responsável:</b> <b>Equipe de Planejamento</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Acompanhamento de preços dos combustíveis; 2. Implementação de cotas por setor; 3. Avaliação contínua do saldo disponível para uso; 4. Análise de viabilidade de aditivo contratual, se necessário.	<b>Responsável:</b> <b>Fiscal e Gestor do Contrato</b>

Risco 09: Descumprimento de SLA		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Interrupção prolongada dos serviços, prejuízo às atividades críticas, perda de credibilidade da contratada e necessidade de aplicação de penalidades contratuais.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. SLA rigoroso com tempos específicos; 2. Multas progressivas por descumprimento; 3. Monitoramento continuado.	<b>Responsável:</b> <b>Fiscal do Contrato</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Aplicação imediata de penalidades; 2. Escalonamento para níveis superiores; 4. Avaliação de rescisão contratual.	<b>Responsável:</b> <b>Gestor do Contrato</b>
Risco 10: Violação de Dados		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
<b>Dano(s):</b>	<i>Exposição de informações sigilosas, descumprimento da LGPD, multas por vazamento de dados, prejuízo à segurança institucional e perda de confiança pública.</i>	
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b>	1. Processos de confidencialidade rigorosos; 2. Criptografia de dados com firewall potente; 3. Abastecimento por matrícula e senha; 4. Acesso ao sistema por login e senha; 5. Treinamento em LGPD.	<b>Responsável:</b> <b>Equipe de Planejamento</b>
<b>Ação(ões) de Contingência:</b>	1. Bloqueio imediato de acesso; 2. Investigação forense; 3. Notificação à ANPD; 4. Comunicação aos órgãos competentes; 5. Revisão de políticas de segurança.	<b>Responsável:</b> <b>Fiscal do Contrato</b>



Risco 11: Descarte Inadequado de Resíduos		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
Dano(s):	<i>Descarte inadequado de resíduos químicos e possíveis danos ambientais, descumprimento da legislação ambiental e prejuízo à sustentabilidade institucional.</i>	
Ação(ões) preventiva(s):	1. Rede credenciada que atenda todos os requisitos dos Órgãos Ambientais; 2. Parceria com empresas licenciadas; 3. Certificação ambiental; 4. Plano de gerenciamento de resíduos na rede credenciada	<b>Responsável: Fiscal do Contrato</b>
Ação(ões) de Contingência:	1. Acompanhamento efetivo do descarte correto dos resíduos químicos nocivos; 2. Solicitação de documentação da rede credenciada para verificação.	<b>Responsável: Fiscal do Contrato</b>

SERVIÇO DE LOGÍSTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, EM GOIÂNIA, 17 DE ABRIL DE 2026.

**MÁRCIO VIEIRA DA SILVA**  
Integrante Requisitante e Técnico

**SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ**  
Integrante Administrativo

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da Lei n. 14.133/2021)**

1.1. Constitui objeto deste termo a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de intermediação e gerenciamento informatizado de fornecimento de combustível** (álcool, gasolina, diesel) e ARLA32, em rede de postos credenciados, mediante cartão magnético, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

MÉDIA DE PREÇOS GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEIS				
PRODUTO	QTD MENSAL ESTIMADA (LITROS)	PREÇO MÉDIO ESTIMADO (ANP)*	VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)	VALOR ESTIMADO ANUAL (R\$)
Etanol	2.500	5,29	13.225,00	158.700,00
Gasolina comum	2.900	7,09	20.561,00	246.732,00
Gasolina aditivada	4.800	7,09	34.032,00	408.384,00
Diesel comum	1.000	8,49	8.490,00	101.880,00
Diesel S10	4.650	8,49	39.478,50	473.742,00
ARLA 32	150	4,86**	729,00	8.748,00
VALOR TOTAL SEM PERCENTUAL DE DESCONTO			116.515,50	1.398.186,00

\* Foi considerado o preço máximo de revenda de cada tipo de combustível, conforme tabela da Agência Nacional de Petróleo<sup>3</sup> para o período de (08/03/2026 a 14/03/2026).

\*\* O valor médio para o litro foi estimado através de coleta do valor do litro nos postos que vendem à granel e a divisão do valor total do galão pela quantidade de litros.

RESUMO DOS VALORES ESTIMADOS	
A - ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL	R\$ 1.398.186,00
B - DESCONTO ESTIMADO SOBRE CADA ABASTECIMENTO	(- 0,01 %)

<sup>3</sup> <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois podem ser definidos padrões de desempenho e qualidade de forma objetiva, além de não guardar grande complexidade técnica.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

**1.3.1.** Nas hipóteses de prorrogação contratual ou de continuidade da contratação em exercícios subsequentes, deverão ser observadas as condições previstas nos citados arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à disponibilidade de créditos orçamentários e à demonstração da vantajosidade da manutenção do ajuste para a Administração;

**1.4.** O CONTRATANTE não está obrigada a adquirir a totalidade estimada do objeto, sendo esta meramente estimada com base em médias e projeções de consumo.

**1.5.** O serviço é enquadrado como contínuo em razão de sua essencialidade para o desempenho das atividades institucionais do Tribunal, que demanda o abastecimento ininterrupto da frota de veículos e dos grupos geradores. Em razão dessa característica é que a contratação poderá ser prorrogada até o limite decenal.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei n. 14.133/2021)**

**2.1.** A fundamentação da contratação e o detalhamento dos quantitativos constam pormenorizadamente no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a ser divulgado anexo ao edital juntamente com este termo, tal documento ratifica a necessidade do Tribunal quanto aos serviços a serem prestados.

## **3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021)**

**3.1.** A presente contratação tem por finalidade garantir o abastecimento dos veículos que compõe a frota deste Tribunal e dos grupo geradores em uso nesta Corte, com especial ênfase no desempenho, segurança, economicidade e conformidade com os requisitos técnicos e legais aplicáveis.

- 3.2.** A solução envolverá os seguintes critérios: a forma de implantação do sistema, os requisitos do sistema de gerenciamento informatizado, os requisitos de cadastramento dos cartões, da rede de postos credenciados, do reembolso, do percentual de desconto a ser aplicado, entre outros requisitos necessários à plena execução do objeto.
- 3.3.** A solução deverá observar as normas ambientais vigentes, incluindo, quando aplicável, a logística reversa e a destinação final ambientalmente adequada de produtos químicos comercializado por seus credenciados, bem como privilegiar o uso de materiais e tecnologias de menor impacto ambiental e maior eficiência energética.
- 3.4.** Os serviços deverão ser executados de forma completa e funcional, atendendo integralmente às especificações e garantindo que a necessidade pública seja atendida durante todo o seu ciclo da contratação.
- 3.5.** No que for cabível, devem ser observadas as diretrizes da Resolução Administrativa n. 25/2024, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd', da Lei n. 14.133/2021)**

- 4.1.** A presente contratação visa garantir que a solução a ser fornecida atenda integralmente às necessidades da Administração, observando-se as especificações técnicas pormenorizadas contidas no Anexo 01.
- 4.2.** A contratação será formalizada através de contrato e será executada por demanda, de acordo com as necessidades desta Corte
- 4.2.1.** A CONTRATADA será remunerada mensalmente por meio de reembolso, após a emissão da nota fiscal. A nota deverá conter a descrição detalhada dos abastecimentos realizados nos veículos, bem como o valor total a ser pago. Esse valor será composto pelos preços praticados, acrescidos da taxa de administração. Caso a taxa de administração seja negativa, deverá ser indicado o valor correspondente ao desconto. Será admitida, ainda, a inclusão de documento anexo à nota fiscal contendo o detalhamento das informações.
- 4.3.** A CONTRATADA deverá disponibilizar plataforma WEB para o gerenciamento dos veículos a serem abastecidos, contendo no mínimo: inclusão, exclusão, modificação, por placa, emissão de relatório individualizado ou em grupo.
- 4.3.1.** O sistema não poderá implicar em modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos da frota do CONTRATANTE;
- 4.3.2.** O sistema deverá funcionar ininterruptamente (24 horas por dia, 7 dias por semana).

**4.3.3.** O sistema deverá apresentar lista de códigos de erros, para que seja possível tomada de decisão em tempo oportuno, os códigos a serem destacados serão aqueles que possam ser apresentados aos usuários do sistema, especialmente os que possam ocorrer quando do abastecimento na rede credenciada.

**4.4.** A CONTRATADA deverá manter, no mínimo, a seguinte rede de estabelecimentos credenciados em Goiás e no Distrito Federal, a qual deverá ser comprovada em até 15 (quinze) dias da emissão da ordem de serviço, sem prejuízo de eventuais solicitações:

**4.4.1.** A CONTRATADA deverá dispor de, **no mínimo, 1 (um) posto de combustível** nas seguintes cidades:

**4.4.1.1.** Abadiânia, Acreúna, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Anicuns, Araçu, Aragarças, Aurilândia, Barro Alto, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Alta, Caçu, Caiapônia, Campinorte, Campos Belos, Carmo do Rio Verde, Cavalcante, Ceres, Cidade Ocidental, Corumbá de Goiás, Corumbalza, Cristalina, Crixás, Cromínia, Cumari, Edeia, Estrela do Norte, Fazenda Nova, Firminópolis, Formosa, Formoso, Goianápolis, Goiandira, Goianira, Goiás, Goiatuba, Guapó, Hidrolândia, Iaciara, Inhumas, Ipameri, Iporá, Israelândia, Itaberaí, Itaguarú, Itajá, Itapaci, Itapirapuã, Itapuranga, Itauçu, Itumbiara, Ivolândia, Jandaia, Jaraguá, Joviânia, Jussara, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Mara Rosa, Minaçu, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Mozarlândia, Nazário, Nerópolis, Niquelândia, Novo Gama, Orizona, Padre Bernardo, Palmeiras de Goiás, Panamá, Paranaiguara, Paraúna, Petrolina de Goiás, Piranhas, Pirenópolis, Pires do Rio, Planaltina, Pontalina, Porangatu, Posse, Quirinópolis, Rialma, Rubiataba, Sanclerlândia, Santa Cruz de Goiás, Santa Helena de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Domingos, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia, São Simão, Senador Canedo, Silvânia, Taquaral de Goiás, Turvânia, Uruaçu, Uruana, Urutaí, Varjão, Vianópolis.

**4.4.2.** A CONTRATADA deverá dispor de, **no mínimo, 5 (cinco) postos de combustível** nas seguintes cidades:

**4.4.2.1.** Anápolis, Bela Vista de Goiás, Caldas Novas, Catalão, Goianésia, Jataí, Mineiros, Morrinhos, Piracanjuba, Rio Verde, Valparaíso de Goiás e Trindade.

**4.4.3.** Na cidade de Aparecida de Goiânia, a CONTRATADA deverá manter, **no mínimo, 8 (oito) postos de combustível** distribuídos em diferentes regiões do município.

**4.4.4.** Na Capital Federal – **Brasília**, a CONTRATADA deverá manter, no mínimo **5 (cinco) postos cadastrados**, em várias regiões da cidade.

**4.4.5.** No entorno do **Distrito Federal**, a CONTRATADA deverá manter, ***no mínimo, 1 (um) posto de combustível*** em cada cidade listada abaixo:

**4.4.5.1.** Planaltina, Formosa, Cristalina, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás e Padre Bernardo

**4.4.6.** Na cidade de **Goiânia**, a CONTRATADA deverá manter postos credenciados no mínimo nas seguintes regiões, podendo o CONTRATANTE sugerir o credenciamento de postos em localidades específicas que melhor atenda suas necessidades.

**4.4.6.1.** A CONTRATADA deverá manter rede credenciada de postos de combustíveis no município de **Goiânia**, distribuída nas diferentes regiões da cidade, observando-se, no mínimo:

I – 4 (quatro) postos na região Norte;

II – 5 (cinco) postos na região Sul;

III – 5 (cinco) postos na região Leste;

IV – 3 (três) postos na região Oeste;

V – 4 (quatro) postos na região Central;

VI – 3 (três) postos na região Noroeste.

**4.5.** Eventualmente, o CONTRATANTE poderá necessitar de rede credenciada **em outros Estados da Federação** para viagens específicas; para tanto, quando se fizer necessário, a CONTRATANTE deverá acordar com a CONTRATADA a rota de postos credenciados que possam disponibilizar os combustíveis necessários, incluindo ARLA32.

**4.5.1.** O CONTRATANTE deverá encaminhar ao representante da CONTRATADA os locais que melhor atenda ao itinerário para que seja verificada a lista de credenciada, devendo a CONTRATADA encaminhar todas as informações dos postos, notadamente os que fiquem próximos às estradas por onde será realizado o caminho.

**4.6.** A CONTRATADA deverá garantir o atendimento ao CONTRATANTE em todos os postos de sua rede credenciada, sendo expressamente vedada qualquer distinção entre contratantes. Não será admitida a recusa, restrição ou priorização de atendimento em favor de outros clientes ou frotas.

**4.6.1.** O valor do combustível deverá ser o cobrado na bomba no momento do abastecimento, não ultrapassando os valores máximos divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a respectiva região onde será feito o abastecimento.



**4.7.** A CONTRATADA deverá manter disponível durante todo o período de vigência do contrato, através de consulta online via internet, a relação com todos os postos credenciados conforme critérios e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência, bem como atualizar, no prazo máximo de **3 (três) dias**, qualquer acréscimo ou supressão, sendo, neste último caso, garantida a inserção de novo posto de abastecimento no município, no prazo máximo de **15 dias**, mantendo o devido atendimento ao item 4.4. deste Termo de Referência;

**4.8.** Manter nos postos de abastecimento integrantes da rede, em local bem visível, informação referente ao credenciamento junto à CONTRATADA.

#### **4.9. SUBCONTRATAÇÃO**

**4.9.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.9.1.1.** É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e', da Lei n. 14.133/2021)**

**5.1.** A CONTRATADA deverá realizar a intermediação entre o CONTRATANTE e os postos integrantes da rede credenciada, sendo responsável por disponibilizar e manter ferramenta tecnológica que possibilite a utilização de cartões magnéticos nos estabelecimentos credenciados, bem como pela instalação e configuração dos equipamentos do CONTRATANTE, implementação do sistema informatizado de gestão e controle de abastecimento, realização de treinamento com transferência de conhecimento aos usuários designados e início da prestação dos serviços no prazo máximo de **até 10 (dez) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS), sem a cobrança de custos adicionais relativos a mão de obra, tributos, taxas ou quaisquer outros encargos.

**5.1.1.** A solicitação para o início da execução ocorrerá por meio de Ordem de Serviço, expedida pelo CONTRATANTE, após a assinatura de instrumento contratual;

**5.1.2.** O prazo disposto no **item 5.1.** será contado a partir do dia útil subsequente ao encaminhamento da OS, independentemente da confirmação de seu recebimento;

**5.1.3.** A OS será encaminhada pelo CONTRATANTE para o endereço eletrônico (e-mail) indicado formalmente pela CONTRATADA no ato da assinatura do instrumento contratual;

**5.1.4.** Excepcionalmente, em virtude de problemas técnicos ou afins, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, assinalando prazo específico, para receber pessoalmente a Notificação, oportunidade na qual, um de seus representantes legais deverá comparecer ao local indicado, munido dos documentos apropriados que o identifiquem e comprovem que possui poderes para tal ato.

**5.2.** A CONTRATADA deverá emitir cartão eletrônico, ou tecnologia similar, individualizado para cada veículo e cada usuário e um para o grupo gerador, com características dos tipos de produtos (combustíveis) permitidos, capacidade do tanque, placa do veículo ou identificação solicitada pelo CONTRATANTE, dentre outras, e com senha de segurança.

**5.2.1.** O grupo gerador será abastecido pelos próprios postos da rede credenciada, *in loco*, na sede administrativa do CONTRATANTE, em no mínimo 300 (trezentos) litros a cada solicitação, sem custos de entrega para o CONTRATANTE.

### **5.3. DO SUPORTE TÉCNICO**

**5.3.1.** A CONTRATADA ficará obrigada, durante o período estabelecido nos subitens anteriores, a prestar suporte técnico para resolução de problemas, relacionados ao sistema em uso nos dispositivos do CONTRATANTE, devendo ainda, disponibilizar número de contato direto com o representante designado para resolução de questões imediatas, incluindo, problemas relacionados à utilização dos cartões na rede credenciada.

**5.3.2.** A CONTRATADA se compromete com eventuais despesas de custeio de deslocamento de técnicos até local da prestação dos serviços, bem como, com todas as demais despesas relativas ao suporte tecnológico ao CONTRATANTE, sem limite de chamados e visitas técnicas que se fizerem necessárias à plena execução dos serviços contratados.

**5.3.3.** O representante técnico de que trata o item 5.3.1., deverá estar disponível para contato por ligação ou aplicativo de mensagens instantâneas, de segunda-feira à domingo, no horário compreendido entre 07:00 e 22:00h, sem prejuízo da CONTRATADA possuir central de atendimento.

**5.3.4.** Disponibilizar um endereço eletrônico (e-mail) e número telefônico de contato para o registro de solicitações, sendo este um 0800 ou número fixo com DDD 62.

### **5.4. SIGILO E INVIOABILIDADE DE INFORMAÇÕES**

**5.4.1.** A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações, dados, processos, modelos ou materiais de propriedade do TCE-GO ou de terceiros, a que eventualmente possa ter acesso em decorrência da prestação do serviço objeto deste Termo de Referência.

**5.4.2.** A CONTRATADA responsável pela prestação dos serviços deverá comprometer-se a seguir a Política de Segurança da Informação do TCE-GO, instituída pela Resolução Administrativa n.º 17/2024 (e demais alterações que possam surgir durante a vigência do

contrato), adotando padrões elevados de integridade e confidencialidade na condução dos seus negócios.

**5.4.3.** A CONTRATADA deverá assinar acordo de confidencialidade e de acesso a dados e informações, nos termos do art. 14 da Resolução Administrativa n.º 17/2024.

## **5.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.5.1.** Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, nos prazos e nos locais previstos neste Termo de Referência e seus anexos, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto, atendendo todas as normas técnicas brasileiras pertinentes.

**5.5.2.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**5.5.3.** Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ficando o TCE-GO autorizado a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

**5.5.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.5.5.** Reparar, corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os serviços executados nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço executado.

**5.5.6.** Credenciar, junto ao TCE-GO, preposto que atenderá às requisições dos serviços e receberá as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

**5.5.7.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**5.5.8.** Cientificar imediatamente o fiscal ou gestor contratuais sobre qualquer ocorrência anormal que afete a execução do serviço.

**5.5.9.** Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal n.14.133/2021.

**5.5.10.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser prestado.

**5.5.11.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

**5.5.12.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**5.5.12.1.** A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis

**5.5.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

**5.5.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

## **5.6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**5.6.1.** Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado.

**5.6.2.** Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

**5.6.3.** Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

**5.6.4.** Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações do CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam credenciados pela mesma e exclusivamente para a entrega do objeto.

**5.6.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas neste Termo de Referência.

**5.6.6.** O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar as sanções ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021)**

**6.1.** A gestão e a fiscalização do contrato competirão, respectivamente, aos servidores **Suellen Carina Lopes de Queiroz** (Diretora de Administração), como gestora, e **Márcio Vieira da Silva** (Chefe do Serviço de Logística), como fiscal, designados no art. 13, inciso, II da Portaria n. 729/2025 do TCE-GO.

**6.2.** À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

**6.3.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, as quais devem ser anexadas ao processo de contratação.

**6.4.** O fiscal do contrato acompanhará e fiscalizará a prestação dos serviços, cabendo-lhe:

I - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

III - comunicar, por meio de notificações e relatórios de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução contratual;

IV - proceder, conforme os prazos descritos neste Termo de Referência, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição/relatório emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

V - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização dos serviços, quando necessário;

VI - avaliar os serviços executados pela contratada;

VII - exigir a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, de seus funcionários e da rede credenciada;

IX - realizar, na forma do art. 140 da Lei federal nº 14.133/2021 o recebimento do objeto contratado, conforme for o caso; e

X - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções à contratada, atendidas as formalidades legais.

XI - verificar a compatibilidade da qualidade do serviço face ao respectivo objeto contratual

**6.5.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor e do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Secretário de Administração do TCE-GO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**6.6.** Além do acompanhamento e da fiscalização da entrega do objeto, o fiscal poderá, ainda, recusar o recebimento em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

**6.7.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (art. 120 da Lei n. 14.133/2021).

**6.8.** Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o TCE-GO.

**6.9.** Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa fornecedora para reunião inicial para apresentação do plano de gestão do contrato e do



modelo de execução, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.10.** De acordo com a necessidade, pode haver designação de reuniões entre as partes, em local, data e horário a serem acordados. Toda reunião deve gerar uma ata, com as informações dos participantes, dos assuntos deliberados e das decisões tomadas, devidamente assinada pelas partes presentes.

**6.11.** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por fiscal designado, podendo, em razão disso, por exemplo, fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do Contrato.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei n. 14.133/2021)**

**7.1.** Os serviços objeto deste Termo serão apurados e medidos mensalmente, com base no consumo efetivo de combustíveis pela frota. Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório detalhado contendo as quantidades efetivamente utilizadas no período, devidamente discriminadas por veículo e operação, bem como emitir a correspondente nota fiscal.

**7.2.** A avaliação da execução contratual será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme estabelecido no Anexo 02 deste Termo, o qual definirá os critérios, indicadores e parâmetros para aferição do desempenho e da qualidade dos serviços prestados.

**7.2.1.** Os pagamentos estarão sujeitos a ajustes/descontos em decorrência do eventual desatendimento das metas previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

**7.3.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

**7.3.1.** não produziu os resultados acordados;

**7.3.2.** deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.3.3.** deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.4.** A disponibilização do acesso à plataforma será recebida pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, da seguinte forma:

**7.4.1.** PROVISORIAMENTE, em até 3 (três) dias *corridos* contados da implantação do sistema, atestado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, ou seja, se a disponibilização de acesso e a plataforma atenderem às exigências técnicas; e

**7.4.2.** DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, devendo-se observar o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

**7.5.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**7.5.1.** O fornecimento dos equipamentos externos necessários à execução do serviço correrá por conta da CONTRATADA, sendo responsabilidade do CONTRATANTE os equipamentos de uso interno do CONTRATANTE.

**7.6.** Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo gestor/fiscal, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor discriminará em termo circunstanciado as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no contrato.

**7.7.** À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, substituindo e submetendo o objeto à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

**7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do ajuste, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**7.9.** Em caso de conformidade, o servidor autorizará o pagamento, emitindo o atestado de cumprimento do objeto.

**7.10.** O Tribunal de Contas do Estado de Goiás efetuará o pagamento mensalmente a título de reembolso, de acordo com a quantidade de combustível efetivamente fornecida incluindo a taxa de administração, até o 30º (trigésimo) dia, contado do ateste da Nota Fiscal pelo gestor do contrato, mediante depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

**7.10.1** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

**7.10.2** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**7.11.** O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**7.12.** O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

**7.13.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**7.14.** Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal/INSS, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE".

**7.15.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

**7.16.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, conforme o caso.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)**

**8.1.** O CONTRATADO será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO sobre o valor Global do Lote Único**<sup>4</sup>.

**8.1.1.** Será adotado o **MODO DE DISPUTA** aberto/aberto, pois conforme a legislação estabelece, é o modo de disputa ordinário, não sendo, portanto, necessário que se aplique o modo fechado, visto que não foi mensurado seu potencial ganho.

**8.2.** Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade e grande vulto financeiro que demande mais de uma empresa especializada.

**8.2.1.** A não admissão da participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação decorre das características do objeto a ser contratado, qual seja, a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de frota. Isto porque não se trata de fornecimento direto de combustível pela futura contratada, mas de atividade de gerenciamento executada por intermédio de rede credenciada de postos de abastecimento, já amplamente estabelecida e consolidada na região de execução contratual, primordialmente nos Estados de Goiás e Distrito Federal.

Além disso, o objeto possui natureza comum e baixa complexidade técnica, sendo operacionalizado predominantemente por meio de sistemas eletrônicos de gestão e controle, circunstância que afasta a necessidade de conjugação de experiências complementares ou de atuação conjunta entre empresas para viabilizar sua execução. Soma-se a isso o fato de que a contratação não demanda estrutura logística complexa, tampouco exige capacidade econômico-financeira extraordinária que justifique a reunião de empresas em consórcio.

Ressalta-se, ainda, que o mercado pertinente atua ordinariamente de forma individualizada, existindo diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto de maneira independente, com plena capacidade técnica e operacional. Nesse contexto, a admissão de consórcio poderia inclusive acarretar redução da competitividade efetiva do certame, mediante associação entre empresas que isoladamente já possuem condições suficientes para execução contratual.

---

<sup>4</sup> maior desconto (menor taxa de administração) sobre o valor global do lote (lote único)

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios revela-se medida tecnicamente justificada, proporcional e compatível com o interesse público, em observância aos princípios da competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

### **8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 8.3.1.** As exigências de qualificação técnica têm por finalidade estabelecer parâmetros mínimos de capacidade operacional e aptidão técnica necessários ao adequado atendimento das necessidades da Administração Pública. Nesse sentido, os requisitos a seguir elencados buscam aferir se a futura contratada possui experiência e condições suficientes para executar os serviços de forma eficiente, regular e compatível com o interesse público, assegurando a adequada execução contratual.
- 8.3.2.** O atestado deverá conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, o nome e assinatura do responsável, a identificação do contrato extinto ou vigente de prestação de serviços e a discriminação dos serviços executados em volume ou quantidade;
- 8.3.3.** Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual (is) empresa(s) filial(is).
- 8.3.4.** O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.
- 8.3.5.** Consideram-se similares, mesmo que intitulados de formas diferentes, os serviços cuja “discriminação do serviço prestado”, permitam confirmar a presença das características de: utilização de sistema informatizado e integrado, de cartão de pagamento (magnético ou micro processado) e de rede credenciada de postos.
- 8.3.6.** A aptidão técnico-operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação poderá ser demonstrada pela execução de outros contratos com mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo relativo aos postos credenciados, constantes do item 4.4. deste Termo.
- 8.3.7.** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

## 8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**8.4.1.** Nos moldes do art. 69, da Lei nº 14.133/2021, para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

**8.4.1.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**8.4.1.2.** Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**8.4.1.3.** Os documentos exigidos no item 8.4.1.1. serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**8.4.1.3.1.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**8.4.1.4.** Os documentos mencionados no item 8.4.1.1. deverão estar na forma da lei.

**8.4.1.5.** Para fins de apresentação dos documentos mencionados no item 8.4.1.1. Deverá ser considerado a data da sessão pública.

**8.4.1.6.** Para fins de exercício social, serão consideradas as datas de entrega desses documentos determinado pela Receita Federal para as empresas que utilizam Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as que realizam o registro na Junta Comercial, o prazo definido pelo art. 1078, inc. I da Lei 10.406/2002 e demais casos, conforme a legislação pertinente.

**8.4.1.7.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}; \\ & \text{Ativo Total} \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}; \\ & \text{Ativo Circulante} \end{aligned}$$



LC = -----; e

Passivo Circulante

**8.4.1.8.** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

**8.4.1.9.** Para fins de aferição dos índices mencionados no item anterior será considerado o resultado do último exercício social apresentado, considerando ser o saldo dos dois últimos exercícios.

**8.4.1.10.** Verificado erro de cálculo dos índices financeiros caberá ao Agente de Contratação promover diligência para correção.

**8.4.1.11.** Deverá ser apresentado balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos exercícios sociais para fins de comprovação de boa situação financeira da empresa.

## **8.5. HABILITAÇÕES JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**8.5.1.** Nos moldes do art. 66, da Lei nº 14.133/2021, para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será exigido, cujos documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

**a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

- e) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**8.5.2. Nos moldes do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será exigido:**

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás (art. 88, da Lei estadual nº 17.928/2012);
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **8.6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**8.6.1.** Na presente contratação não será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visto que o valor total estimado da contratação ultrapassa o limite estabelecido na legislação de regência para a participação exclusiva de M.E e EPP.

**8.6.2.** Não haverá disputa exclusiva e/ou reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, já que:

- I) esta contratação versa sobre prestação de serviços, e não sobre aquisição de bens de natureza divisível, conforme inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;
- II) a adjudicação do objeto se dará em item único, cujo valor supera o limite para participação exclusiva, qual seja, de R\$ 80.000,00, de acordo com o inciso I, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;
- III) Conforme o art 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, é possível chegar à compreensão de que, nos processos de aquisição de bens de natureza divisível, reside a obrigatoriedade de reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para M.E/EPP quando da participação destas em licitações; o que não é o presente caso, pois se trata de prestação de serviço indivisível, Portanto, não haverá disputa exclusiva ou reserva de cota de 25%.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)**

**9.1.** Estima-se, que **R\$ 1.398.186,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e seis reais)**, seja o valor inicial de referência da contratação, que corresponde ao valor máximo a ser gasto durante a vigência contratual, respeitada a taxa mínima de **referência -0,01%** expressa no Mapa de Preços anexo a este Termo.

<b>A – VALOR ESTIMATIVA TOTAL DE DESEMBOLSO ANUAL</b>	<b>R\$: 1.398.186,00</b>	
<b>B – PERCENTUAL DE DESCONTO ESTIMADO</b>	<b>- 0,01%</b>	<b>R\$ 139,82</b>
<b>C – VALOR TOTAL ESTIMADO DE DESEMBOLSO ANUAL DEDUZIDO O DESCONTO (A-B)</b>	<b>R\$ 1.398.046,18</b>	

**9.1.1.** Não serão aceitas propostas cujos custos unitários ultrapassem o percentual máximo estimado constante do Mapa de Preços.

**9.1.2.** Nos custos deverão estar incluídas as despesas com os materiais e insumos necessários à plena execução do serviço de gerenciamento da frota.

**9.2.** O orçamento estimativo foi realizado na fase instrutória da presente contratação e efetivado como data-base no dia 17/04/2026.

**9.3.** Os percentuais serão fixos e irrevogáveis. Não haverá previsão de reajuste contratual para o objeto em questão face à mecânica de flutuação refletida na unidade de medida dos serviços – Taxa de administração (%) – que absorve sem restrições as variações decorrentes do mercado de combustíveis.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas, para o presente exercício, na seguinte dotação orçamentária:

2026.0201.01.032.4200.4215.03.15000100.90.0000

**10.2.** Para o exercício seguinte, a despesa será alocada em dotação Orçamentária própria para o atendimento dessa finalidade, a ser consignada na lei Orçamentária Anual.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas durante a execução do contrato serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo e, ainda, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, de forma escrita, por ser a exigida pela legislação aplicável à execução do presente instrumento.

**11.2.** O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores que, na falta delas, responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

**11.3.** Independente de declaração expressa, a simples participação na licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Termo de Referência e submissão total às normas nele contidas.

**11.4.** A LICITANTE deverá citar em sua proposta, ou encaminhar posteriormente, o nome e o número do telefone, para possíveis contatos, da pessoa que ficará responsável pela execução do contrato deste Termo de Referência, caso seja a vencedora.

**11.5.** São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

**ANEXO 01 – DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**ANEXO 02 – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

**SERVIÇO DE LOGÍSTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, EM GOIÂNIA,**  
28 de maio de 2026.

**MÁRCIO VIEIRA DA SILVA**  
Integrante Requisitante e Técnico

**SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ**  
Integrante Administrativo

## ANEXO 01 – DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1. DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO INFORMATIZADO

**1.1.** O sistema de gerenciamento informatizado disponibilizado pela CONTRATADA deverá possibilitar o acesso *online*, via Internet, dispensando a instalação de software nos computadores do CONTRATANTE. Além disso, deve ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows (na versão utilizada pelo CONTRATANTE), com os navegadores Edge, Chrome e Mozilla Firefox, e com as ferramentas de escritório padrão da Microsoft. A proponente será responsável por quaisquer softwares adicionais que possam ser necessários para o acesso ao sistema;

**1.1.1.** O sistema não poderá implicar em modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos da frota do CONTRATANTE;

**1.1.2.** O sistema deverá funcionar ininterruptamente (**24 horas por dia, 7 dias por semana**).

**1.2.** O sistema deverá oferecer opções de operação de abastecimento manual em caso de pane na rede elétrica do posto de combustíveis e/ou defeito na máquina/cartão do veículo, preservadas as informações previstas para o cartão magnético, oferecendo as mesmas informações disponibilizadas no abastecimento eletrônico;

**1.2.1.** CONTRATADA deverá garantir a manutenção permanente do sistema de modo a não incorrer em descontinuidade dos serviços, bem como responsabilizar-se por todas as despesas e custos, diretos e indiretos, requeridos para a sua execução.

**1.3.** O sistema de gerenciamento, integrado, fornecido pela CONTRATADA, deverá possibilitar ao CONTRATANTE a emissão de relatórios gerenciais do tipo:

**a) Relatório de Composição da Frota**, que visa possibilitar ao gestor identificar a quantidade total de veículos cadastrados no sistema, permitindo a classificação, através de diferentes formas, seja por fabricante, modelo, versão ou ano de fabricação;

**b) Relatório de Histórico de Veículo**, que permite listar as operações realizadas quer seja por um veículo ou por todos os veículos da frota;

**c) Relatório de Análise de Consumo**, que permite ao gestor avaliar a performance dos veículos em termos de consumo (km/litro) em um determinado período;



**d) Relatório de Histórico de Quilometragem da Frota**, que deverá informar a quilometragem percorrida por veículo da frota em determinado período definido;

**e) Relatório de Preços Praticados nos Postos**, que deverá identificar os combustíveis adquiridos, cujos preços unitários estejam dentro de uma faixa de preços estabelecida;

**f) Relatório de Utilização por Estabelecimento**, que deverá apresentar a operacionalização dos serviços individualizada por estabelecimento, a fim de identificar, inclusive, o tipo de operação;

**g) Relatório de Utilização por Usuário**, que deverá apresentar a utilização dos serviços por usuário, identificando inclusive o tipo de operação efetuada;

**h) Relatório de Utilização por Centro de Custos**, que deverá apresentar a utilização dos serviços na rede de estabelecimentos credenciados, possibilitando identificar, inclusive, o tipo de operação efetuada, a fim de que se possa avaliar as despesas que estão sendo efetivadas, de forma pormenorizada;

**i) Relatório de Utilização por Cidade**, que deverá possibilitar a verificação da utilização dos serviços na rede de estabelecimentos credenciados, separados por cidade, possibilitado, inclusive, verificar o tipo de operação efetuada;

**j) Relatório de Utilização por Veículo**, que deverá possibilitar a verificação da utilização dos serviços na rede de estabelecimentos credenciados, separados por tipo de operação efetuada;

**k) Relatório de Desvio de Hodômetro por Veículo**, que deverá possibilitar a identificação de eventuais divergências verificadas quando da captação da quilometragem dos veículos;

**l) Relatório de Desvio de Abastecimento por Veículo**, que deverá possibilitar a verificação de eventuais distorções identificadas em relação ao produto que o veículo estaria apto a utilizar e o produto efetivamente utilizado;

**m) Relatório de Desvio de Consumo**, que deverá possibilitar a verificação de eventuais divergências quanto à quantidade abastecida pelos veículos;

**n) Relatório de Evolução de Despesas da Frota**, que deverá possibilitar a verificação da evolução de despesas da frota dentro de um determinado período;

**o) Relatório de Relacionamento Cartão X Conta Portador**, que deverá possibilitar a verificação do cartão vinculado ao veículo à quilometragem da frota, serviços, etc., com

disponibilidade para as respectivas bases, online via Internet, em tempo nunca superior a **48 horas** da operação realizada.

**1.4.** Em relação ao funcionamento do sistema informatizado, cumpre destacar as seguintes tarefas:

**1.4.1.** A CONTRATADA, por meio de sistema de gerenciamento online pela internet, deverá colocar à disposição sistema que permita a informatização dos dados de abastecimento de combustíveis e ARLA 32, quilometragem, custos, identificação do veículo, datas e horários, que permita emitir relatórios gerenciais de controle da situação e das despesas de abastecimento de cada um dos veículos da frota;

**1.4.2.** A CONTRATADA deverá oferecer transferência de conhecimentos aos gestores e usuários indicados pelo CONTRATANTE quanto à utilização do gerenciamento de todo o sistema e respectivos softwares, bem como dos equipamentos que deverão observar as disposições consignadas nos manuais e procedimentos que os acompanharem; além disto, é de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados;

**1.4.3.** O sistema de gerenciamento eletrônico das unidades de abastecimento a ser disponibilizado pela CONTRATADA deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos:

I – Identificação do veículo, dos usuários (com senha) e do posto credenciado;

II – Registro do tipo e do volume abastecido;

III – Registro da data e hora do abastecimento;

IV – Captura eletrônica das informações, com ou sem necessidade de digitação dos dados de identificação;

V – Disponibilização de relatórios gerenciais via internet, incluindo a média de consumo de cada veículo entre abastecimentos;

VI – Garantia de que todo combustível ou ARLA 32 registrado na bomba seja efetivamente abastecido no veículo indicado;

VII – Bloqueio de abastecimento para veículos não cadastrados na frota do CONTRATANTE.

VIII - Permitir a troca periódica ou a validação de senha pessoal do fiscal do contrato, sempre que houver necessidade;

**1.5.** Os seguintes serviços deverão ser disponibilizados para operação do gestor (a ser indicado pelo contratante) via WEB e/ou SAC:

**1.5.1.** Bloqueio temporário e/ou cancelamento de cartão;

**1.5.2.** Solicitação/Emissão de 2ª via de cartão;

**1.5.3.** Crédito extra ou retirada de crédito;

**1.5.4.** Verificação de saldos e transferência de créditos entre cartões.

## **2. DOS CARTÕES**

**2.1.** Deverão ser fornecidos cartões, sem custo adicional para o CONTRATANTE, na quantidade que se fizer necessária, incluindo para substituição em caso de perda/extravio ou mal funcionamento;

**2.2.** O prazo de entrega dos cartões magnéticos não deverá exceder a **8 (oito) dias úteis**, a contar da data de sua solicitação;

**2.3.** A empresa vencedora deverá fornecer, sem custo adicional, **10 (dez) cartões reserva** (adicionais) para utilização em casos excepcionais (locação/cessão de outros veículos, substituição de veículos, extravio ou danificações nos cartões, entre outros), mediante solicitação do gestor do contrato;

**2.4.** Cada usuário deverá ter sua identificação validada através de senha, ou dispositivo que não permita abastecimento por responsáveis não identificados ou autorizados pelos gestores do contrato, durante qualquer operação realizada na rede credenciada;

**2.5.** Os cartões deverão ser fornecidos contendo a identificação expressa do CONTRATANTE, a placa e modelo do veículo;

**2.6.** A rede de postos de abastecimento deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema, considerando o preço do combustível ou ARLA 32 para venda à vista;

**2.7.** Em caso de perda ou furto de cartões, o próprio CONTRATANTE poderá realizar o cancelamento do cartão via sistema;

**2.8.** A operação de abastecimento deverá ser realizada, **EXCLUSIVAMENTE**, com o uso do cartão do veículo após validação com uso da respectiva senha.

## **3. DO REEMBOLSO**

**3.1.** Todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede de postos de combustíveis credenciados deverão ser reembolsados pela CONTRATADA, inexistindo obrigação financeira entre qualquer integrante da rede de postos de abastecimento credenciada e o CONTRATANTE.

**3.2.** Mensalmente, o CONTRATANTE se responsabilizará pela transferência de recursos à CONTRATADA com a finalidade de reembolsar os valores referentes ao abastecimento com o reagente ARLA 32 disponibilizado pelos postos de combustíveis credenciados.

**3.3.** O valor para faturamento do reembolso, referente aos abastecimentos realizados, deverá constar em Nota Fiscal emitida especificamente para esse fim e será composto pelos preços praticados à vista com a incidência do Percentual de Desconto Contratado.

#### **4. DO PERCENTUAL DE DESCONTO CONTRATADO**

**4.1.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento à contratada considerará, além dos indicadores mínimos de desempenho descritos no Instrumento de Medição de Resultado - IMR (parte integrante deste Termo de Referência), o total de despesas realizadas e aplicação do valor Percentual de Desconto Contratado.

**4.2.** Não será aceita proposta final com valor do Percentual de Desconto inferior ao estimado pelo CONTRATANTE na pesquisa de preços, objetivando a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para o CONTRATANTE, observados os critérios técnicos apresentados no Estudo Técnico Preliminar presente nos autos.

**4.3.** O valor Percentual de Desconto Contratado será fixo, devendo ser aplicado mensalmente sobre o valor total dos abastecimentos realizados pelo CONTRATANTE.

## ANEXO 02 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

ITEM	OBRIGAÇÃO	OCORRÊNCIA	CRITÉRIO
1	Manutenção da quantidade mínima de postos da rede credenciada.	Número de postos credenciados apurados na medição quinzenal inferior ao mínimo estabelecido no item 4.4 deste TR, limitado a 10%.	Pontos a serem atribuídos por posto abaixo do limite mínimo estabelecido natabela do item 4.4. do TR: 1 PONTO por posto faltante.
2	Disponibilidade do Sistema de gerenciamento.	No caso de indisponibilidade do sistema na seguintes formas: a) 1 ocorrência 60 minutos ou mais por dia; ou b) 3 ocorrências no dia, que somadas ultrapasse os 60 minutos.	a) Tempo de indisponibilidade $\geq$ 1 hora: 1 PONTO por hora indisponível, até o limite de 24 horas. b) Tempo de indisponibilidade $<$ 1 hora: 1 PONTO a cada 3 ocorrências num mesmo dia entre 06:00 e 23:59. Obs: Os descontos não serão aplicados para programações de manutenções comunicadas previamente.
3	Comunicação com prepostos/representantes	Não atendimento de chamados telefônicos no prazo máximo de 10 minutos, conforme o disposto no TR. Não atendimento de solicitações formais dentro do prazo estabelecido conforme deste TR.	Acionamento de outros canais por falta de atendimento, no prazo estabelecido, devidamente comprovado: 1 PONTO. 1 PONTO por dia de atraso, limitado a 10 dias.
4	Manutenção da condição de habilitação	Falta de documento/certidão e/ou documento/certidão apresentada com prazo de validade vencido.	1 PONTO por dia de atraso, se ultrapassado o prazo estabelecido para apresentação regular, e até o limite de 10 dias.

1. A cada faturamento deverão ser apurados os pontos provenientes das ocorrências no período, para aplicação de possíveis descontos.
2. Cada 1 (um) PONTO representa 0,1% (um décimo) de desconto no pagamento.
3. O somatório dos descontos mensais fica limitado ao percentual de 5 % (cinco por cento) das medições, estando, contudo, a contratada sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO IV**

**ORÇAMENTO ESTIMATIVO**

NOME DO ITEM				Contrato nº 002/2026 Câmara Municipal de Cristalina	Contrato nº 003/2025 CREFITO19	Contrato nº 002/2026 DER/DF	Contrato nº 118/2025 Município de Dianópolis	Contrato nº 02/2026 COFEN	Contrato nº 26/2025 Câmara Municipal de Dianópolis	Contrato nº 41/2025 Polícia Militar DF	Mediana
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANTID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de intermediação e <b>gerenciamento informatizado de fornecimento de combustível</b> (álcool, gasolina, diesel) e ARLA32	Taxa de Adm.	12	- 1,90%	- 0,50%	0,00%	0,00%	- 0,51%	2,00%	- 0,01%	<b>- 0,01%</b>



1. O percentual máximo a ser pago mensalmente pela taxa de administração foi estimado com base nos valores praticados pelo mercado e as quantidades a serem adquiridas, observadas a potencial economia de escala, as peculiaridades do local de execução do objeto, conforme o disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/2021 e, supletivamente, no Decreto estadual nº 9.900/2021.
2. Foi utilizado o seguinte parâmetro, de forma não combinada:
  - a) contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive sob regime de Sistema de Registro de Preços, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente consignado no respectivo termo de contrato, nos moldes do art. 6º, inciso V, do Decreto estadual nº 9.900/2021 e inciso II, do §1º, do art. 23, da Lei nº 14.133/2021;
3. Há que se evidenciar que a Legislação de regência autoriza o uso combinado ou não dos parâmetros expostos no art. 6º do Decreto nº 9.900/2021, neste sentido para que se aproximasse ao máximo os valores pagos pela Administração Pública, foram considerados apenas contratações similares.
4. Dentre as metodologias previstas no art. 9º do Decreto Estadual nº 9.900/2021, naquilo que se mostra aplicável, adotou-se a **mediana** como parâmetro mais adequado, em razão da heterogeneidade dos valores percentuais observados. Tal variabilidade poderia, em última análise, comprometer a representatividade da média aritmética. Com efeito, verifica-se a ocorrência de percentuais que variam de 2,00% (dois por cento) positivos a -1,90% (um vírgula noventa por cento) negativos, evidenciando a assimetria dos dados coletados. Nesse contexto, a mediana revela-se medida mais robusta e fidedigna para a adequada representação do conjunto analisado.

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 17 de abril de 2026.

**WERICKSON RODRIGUES RIBEIRO**

Assessor

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO V**

**MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

Contrato de gerenciamento de abastecimento de veículos e geradores, que entre si celebram o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e a empresa (**nome da empresa em negrito**).

**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 02.291.730/0001-14, com sede na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia–GO – CEP: 74.674-015, neste ato representado por seu **Presidente, Conselheiro Helder Valin Barbosa**.

**CONTRATADA: [Nome da empresa contratada]**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX, localizada no (a) XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXXXX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no Despacho nº XXX, de XXXX de XXXXX de 2026, da Presidência do TCE-GO, nos autos do **Processo TCE-GO nº 202600047001341**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a IN nº 73/2022, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Contratação, em regime de empreitada por preço unitário, de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de gerenciamento para abastecimento de veículos, bem como grupos geradores, mediante emissão de cartões magnéticos, com intermediação no fornecimento de combustíveis, realizado em postos de abastecimento em Goiânia e no interior do Estado de Goiás, e eventualmente em outros estados, inclusive no Distrito Federal, nos seguintes quantitativos:

PROPOSTA COM APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE DESCONTO	
<b>A - ESTIMATIVA TOTAL DE ABASTECIMENTO ANUAL</b>	<b>R\$ XX.XX,XX</b>
<b>B - DESCONTO ESTIMADO MÍNIMO SOBRE CADA ABASTECIMENTO (em %)</b>	<b>X,XX %</b>
<b>VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (A - B)</b>	<b>R\$ X.XXX.XX,XX</b>

1.2. Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

- a) Edital Pregão Eletrônico nº 0XX/2026 e seus Anexos.

b) Proposta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA**

2.1. A implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos deverá ocorrer até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos necessários à operação do sistema, bem como o credenciamento e transferência de conhecimento aos gestores e condutores.

2.2. O recebimento provisório dar-se-á em até 3 (três) dias corridos a partir da implantação do sistema, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e o recebimento definitivo dar-se-á no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, condicionado à comprovação do atendimento das adequações do objeto e aos termos contratuais, testados e aprovados pelo fiscal do contrato.

2.3. O início efetivo da prestação dos serviços dar-se-á com a implantação do sistema, e entrega dos cartões, devidamente testado e aprovado pelo fiscal do contrato.

2.4. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE representante técnico para prestar suporte técnico, devendo estar disponível para contato por ligação ou aplicativo de mensagens instantâneas, de segunda-feira à domingo, no horário compreendido entre 07:00 e 22:00h, sem prejuízo da CONTRATADA possuir central de atendimento.

2.5. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a proposta, cronograma discriminando todas as fases e os prazos para a efetiva implantação do sistema.

2.6. O retardamento na execução dos serviços, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do TCE-GO:

3.1.1. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado.

3.1.2. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

3.1.3. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

3.1.4. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam credenciados pela mesma e exclusivamente para a entrega do objeto.

3.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no Termo de Referência.

3.1.6. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar as sanções ou

rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

3.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Estadual nº. 17.928/12, são obrigações da Contratante:

3.2.1. Alocar recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato, efetuando os pagamentos em dia, e na forma convencionada.

3.2.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.

3.3. Fornecer à contratada a relação atualizada dos veículos pertencentes ao CONTRATANTE, bem como todas as demais informações necessárias, visando propiciar a perfeita execução dos serviços.

3.4. Verificar a manutenção, pela CONTRATADA, das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

3.5. Aplicar penalidades ao CONTRATADA, por descumprimento contratual.

3.6. Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues, se em desacordo com os termos desta contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Estadual nº. 17.928/12 são obrigações da Contratada:

4.1.1. Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, nos prazos e nos locais previstos no Termo de Referência e seus anexos, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto, atendendo todas as normas técnicas brasileiras pertinentes.

4.1.2. Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ficando o TCE-GO autorizado a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

4.1.2. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento.

4.1.3. A fiscalização da execução dos serviços por parte do TCE-GO não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e preposto.

4.1.4. Caberá à CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados no desempenho do serviço, ou em contato com eles nas dependências da CONTRATANTE.

4.2. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

4.4. Fornecer o objeto conforme estabelecido no contrato e conforme determinação da Diretoria de Administração, de acordo com as necessidades do Tribunal e solicitação de servidor especialmente designado para essa tarefa.

4.5. Disponibilizar os cartões nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

4.6. Reparar, corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os serviços executados nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço executado.

4.7. Garantir que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota do CONTRATANTE.

4.8. Colocar à disposição Rede de Postos para fornecimento de combustíveis, abrangendo os locais indicados pelo CONTRATANTE no item 4 do Termo de Referência.

4.9. Garantir que os veículos cadastrados sejam abastecidos somente com o combustível para o qual está autorizado.

4.10. Credenciar, junto ao TCE-GO, preposto que atenderá às requisições dos serviços e receberá as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

4.11. Permitir interface do sistema de gerenciamento eletrônico com os sistemas operacionais do CONTRATANTE, para permitir a importação de dados.

4.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

4.13. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses.

4.14. Cientificar imediatamente o fiscal ou gestor contratuais sobre qualquer ocorrência anormal que afete a execução do serviço.

4.15. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

- 4.16. Promover todos os treinamentos dos responsáveis pela base de gerenciamento no que se refere à utilização dos sistemas de controle e ao planejamento do sistema, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados.
- 4.17. Usar somente produtos de boa qualidade para a execução dos serviços.
- 4.18. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, a cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- 4.19. Colocar à disposição do CONTRATANTE, ao término do contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados.
- 4.20. Fornecer suporte técnico para o sistema, nos prazos estabelecidos no item 5.3 do Termo de Referência.
- 4.21. Capacitar os servidores indicados pelo CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema em, no máximo, cinco dias úteis após o recebimento da ordem de serviço, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados.
- 4.22. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 4.22.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- 4.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
- 4.24. Garantir a veracidade dos dados apresentados em relatórios.
- 4.25. Garantir que os dados importados do sistema para o sistema do CONTRATANTE mantenham a mesma configuração e informações dos relatórios originais.
- 4.26. Colocar à disposição da rede de postos credenciados rotinas contingenciais para que o abastecimento se concretize quando existirem circunstâncias que retardem ou impeçam o abastecimento por meio do sistema em operação.
- 4.27. Disponibilizar, ao CONTRATANTE serviço de atendimento ao cliente por telefone 0800, com vistas a garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do TCE/GO.
- 4.28. Assumir todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes.
- 4.29. Assumir as despesas de reparos no veículo do CONTRATANTE, caso fiquem comprovados danos pelo fornecimento de combustível adulterado, pela rede de postos credenciados.



- 4.30. Manter preposto aceito pela Administração do TCE-GO, durante todo o período de vigência do CONTRATO, para representá-la administrativamente.
- 4.31. Fornecer ao TCE-GO, mensalmente, relatórios gerenciais e operacionais informatizados constando identificação do veículo, tipo de combustível, número de quilômetros rodados, média de quilometragem por litro de combustível, quantidade de litros, local, hora e data de cada abastecimento.
- 4.32. Emitir cartão com as mesmas características para os novos veículos e usuários adicionados no sistema, na hipótese da CONTRATANTE adquirir mais veículos e/ou aumentar o número de usuários.
- 4.33. Apresentar a relação de postos credenciados nas cidades relacionadas no item 4 do Termo de Referência.
- 4.34. Indicar à CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias, novo posto credenciado na mesma cidade, na hipótese de descredenciamento de algum posto em uma das cidades indicadas no item 4 do Termo de Referência.
- 4.35. Emitir comprovante de abastecimento que indique nome e endereço do posto de abastecimento, data e hora da operação, placa do veículo, quilometragem no momento da operação, identificação do responsável (motorista) pela operação, quantidade de litros abastecidos e valor em moeda nacional, entre outros.
- 4.36. Garantir a manutenção permanente do sistema de modo a não incorrer em descontinuidade dos serviços, bem como todas as despesas e custos, diretos e indiretos, requeridos para a sua execução, objeto do termo de referência.
- 4.37. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal nos serviços.
- 4.38. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência de instrumento c.
- 4.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 4.40. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 4.41. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 4.42. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade e pelo gerenciamento centralizado.
- 4.43. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 4.44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

4.45. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal n.14.133/2021.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ 1.398.186,00 (um milhão trezentos e noventa e oito mil cento e oitenta e seis reais)**, de acordo com os valores especificados na proposta de preços.

5.1.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da entrega efetiva dos produtos.

5.2. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0201.01.032.4200.4215.03.15000100.90.0000 e classificadas nas Naturezas 3.3.90.30.06 – Combustível Automotivo – Gasolina Comum; 3.3.90.30.04 – Combustível Automotivo – Etanol; 3.3.90.30.05 – Combustível Automotivo – Diesel; 3.3.90.30.10 – Lubrificantes Automotivos Arla 32.

5.3. Para fazer face à despesa, foi emitida Nota de Empenho nº **XXXXXX** pela CONTRATANTE, em **XX/XX/2026**.

5.4. Eventuais despesas a serem realizadas no exercício subsequente serão alocadas na dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE na respectiva Lei Orçamentária Anual.

5.5. O valor do combustível deverá ser o cobrado na bomba no momento do abastecimento, não ultrapassando os valores máximos divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a respectiva região onde será feito o abastecimento.

5.6. O orçamento estimativo foi realizado na fase instrutória da presente contratação e efetivado como data-base no dia 17/04/2026

5.7. Os percentuais serão fixos e irreajustáveis. Não haverá previsão de reajuste contratual para o objeto em questão face à mecânica de flutuação refletida na unidade de medida dos serviços – Taxa de administração (%) – que absorve sem restrições as variações decorrentes do mercado de combustíveis.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

6.1. A gestão do contrato competirá ao Gerente de Administração, e a fiscalização competirá ao Chefe do Serviço de Logística, conforme art. 13, inciso II da Portaria nº 729/2025-GPRES, Suellen Carina Lopes de Queiroz (Diretora de Administração), como gestora, e Márcio Vieira da Silva (Chefe do Serviço de Logística), como fiscal do contrato.

6.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, as quais devem ser anexadas ao processo de contratação.

6.3. Compete ao Fiscal do contrato:

I - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

III - comunicar, por meio de notificações e relatórios de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução contratual;

IV - proceder, conforme os prazos descritos neste Termo de Referência, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição/relatório emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

V - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização dos serviços, quando necessário;

VI - avaliar os serviços executados pela contratada;

VII - exigir a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, de seus funcionários e da rede credenciada;

IX - realizar, na forma do art. 140 da Lei federal nº 14.133/2021 o recebimento do objeto contratado, conforme for o caso; e

X - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções à contratada, atendidas as formalidades legais;

XI - verificar a compatibilidade da qualidade do serviço face ao respectivo objeto contratual.

6.4. A fiscalização do TCE-GO poderá exigir a substituição do preposto da contratada, mediante decisão motivada do gestor do contrato, bem como recusar o recebimento do objeto do contrato em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

6.5. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução do contrato.

6.6. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem quaisquer ônus para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

6.7. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à contratada.

6.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.10. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa fornecedora para reunião inicial para apresentação do plano de gestão do contrato e do modelo de execução, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.11. De acordo com a necessidade, pode haver designação de reuniões entre as partes, em local, data e horário a serem acordados. Toda reunião deve gerar uma ata, com as informações dos participantes, dos assuntos deliberados e das decisões tomadas, devidamente assinada pelas partes presentes.

6.12. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por fiscal designado, podendo, em razão disso fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do Contrato

6.13. Os serviços objeto deste contrato serão apurados e medidos mensalmente, com base no consumo efetivo de combustíveis pela frota. Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório detalhado contendo as quantidades efetivamente utilizadas no período, devidamente discriminadas por veículo e operação, bem como emitir a correspondente nota fiscal.

6.14. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços (mês fechado), mediante apresentação da nota fiscal/fatura e todos os documentos previstos na legislação e outros definidos no contrato, devendo estar devidamente atestada pela Unidade gestora.

6.14.1. Na eventual divergência entre o preço informado no relatório da CONTRATADA e do cupom fiscal emitido pelo posto comprovando o abastecimento, prevalecerá, para efeito de pagamento, o de menor valor.

6.14.2. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.14.3. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na nota fiscal.

6.16. Todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada (Postos de Combustíveis) deverão ser reembolsados pela CONTRATADA, inexistindo obrigação financeira entre qualquer integrante da rede credenciada e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

6.17. A avaliação da execução contratual será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme estabelecido no Anexo 02 deste Termo, o qual definirá os critérios, indicadores e parâmetros para aferição do desempenho e da qualidade dos serviços prestados.

6.17.1. Os pagamentos estarão sujeitos a ajustes/descontos em decorrência do eventual desatendimento das metas previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

6.18. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

6.18.1. não produziu os resultados acordados;

6.18.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.18.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.19. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida à CONTRATADA pelo Gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.

6.20. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE".

6.21. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao TCE-GO.

6.22. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

6.23. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

6.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.24.1. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

6.25. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.26. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Federal 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

7.2 A formalização ou a prorrogação do prazo de vigência fica condicionada à prévia verificação da regularidade fiscal do contratado, mediante consulta ao Ceis (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e ao Cnep (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), e emissão das certidões negativas de inidoneidade, impedimento e débitos trabalhistas, que deverão ser juntadas aos autos, conforme o § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Os licitantes ou os contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. A CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) o caráter educativo da pena;
- f) o princípio da proporcionalidade;
- g) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A sanção prevista na alínea “a” do item 8.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. A sanção prevista na alínea “b” do item 8.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste contrato.

8.5.1. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.2. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “b”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.3. Será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

8.5.4. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;



b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

8.6. A sanção prevista na alínea “c” do item 8.2 deste contrato será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

8.7. A sanção prevista na alínea “d” do item 8.2. deste edital será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 8.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 8.2. deste contrato, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso “b” do mesmo item.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10. A aplicação da sanção prevista na alínea “b” no item 8.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.11. Na aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.12. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.13. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

8.14. As sanções previstas deste tópico são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente, a Lei estadual nº 13.800/2001, assim como a Resolução Administrativa nº 12/2025, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

8.16. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e



aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

8.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, com oportunidade de defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800, de 2001.

8.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.19. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

8.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

#### **CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

9.3. A extinção do contrato poderá ocorrer por uma das formas do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na mesma lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

10.1. Este contrato pode ser alterado segundo regime previsto nos artigos 124 a 135 da Lei nº 14.133/2021, naquilo que for cabível ao presente contrato de fornecimento, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes da prorrogação, se for o caso.

10.2.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do requerimento, para decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

10.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- b) Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- c) Empenho de dotações orçamentárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

11.1. A publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será providenciada em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

13.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante o fornecimento do objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e obrigando-se ao integral cumprimento das disposições do Código de Ética e da Política de Integridade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que lhe for aplicável.

13.2. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou cumulação de sanções com penalidades.

13.3. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, a CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

14.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a atuar no presente Contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.2. Fica a CONTRATADA, ciente de que o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais fornecidos para instruir o processo de contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e no art. 7º, incisos II e V, e no art. 23, da Lei nº 13.709/2018.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2. Ao longo da execução do contrato, a CONTRATADA é obrigada a cumprir eventuais exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15.3. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e contratadas, assinam este instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, aos XXX dias do mês de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

---

**Conselheiro Helder Valin Barbosa**  
*TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS*  
CONTRATANTE

---

**Nome do Representante**  
NOME DA EMPRESA  
CONTRATADA

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO VI**

**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

PROPOSTA COM APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE DESCONTO	
A - ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL	R\$ XX.XX,XX
B - DESCONTO ESTIMADO MÍNIMO SOBRE CADA ABASTECIMENTO (em %)	X,XX %
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (A - B)	R\$ X.XXX.XX,XX

NOTA: As licitantes devem apresentar planilha orçamentária com data base referente à data de abertura das propostas.

O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que na proposta estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/entregar os objetos, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Tel./Fax: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (nome) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I, art. 67 da Lei 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (nome) \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei de Nacional de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em conformidade com Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e previsão contida 8.no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE NÃO  
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO QUE EXTRAPOLEM O LIMITE DE  
ENQUADRAMENTO**

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo, **e que no ano-calendário corrente desta licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (A ser Assinada pela  
Adjudicatária na Formalização Contratual)**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 16/2026, instaurado pelo Processo nº 202600047001341, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para contratação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa do IBAMA atualizada, que verse sobre tais matérias, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INTEGRAL, ENGLOBALADOS OS DIREITOS TRABALHISTAS**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO XIII**

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que cumpre exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, mantendo esta condição durante toda a execução do contrato, tendo ciência que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001341**

**ANEXO XIV**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.  
13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE//DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).
5. (Nome da empresa) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_ (nome), \_\_\_\_\_ (qualificar) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE//DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: